

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA**

ANTÓNIO CUBALA DA CUNHA

**A INSERÇÃO DE ANGOLANOS NO MERCADO DE TRABALHO E FORMAÇÃO
PROFISSIONAL BRASILEIRO NA CIDADE DE CRICIÚMA**

CRICIÚMA

2017

ANTÓNIO CUBALA DA CUNHA

**A INSERÇÃO DE ANGOLANOS NO MERCADO DE TRABALHO E FORMAÇÃO
PROFISSIONAL BRASILEIRO NA CIDADE DE CRICIÚMA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Administração, com linha formação específica de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof^a. MSc. Valéria de Araújo

CRICIÚMA

2017

ANTÓNIO CUBALA DA CUNHA

**A INSERÇÃO DE ANGOLANOS NO MERCADO DE TRABALHO E FORMAÇÃO
PROFISSIONAL BRASILEIRO NA CIDADE DE CRICIÚMA**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração - Linha de Formação Específica em Administração de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC.

Orientadora: Prof. Ma. Valéria de Araújo

Criciúma, 01 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Valéria de Araújo – Mestra – UNESC - Orientadora



Prof. Tiago Comin Colombo – Mestre - UNESC



Prof. Júlio César de Farias Zilli – Mestre - UNESC

CRICIÚMA

2017

Aos meus grandes amores Bernardo António,
Joana Francisco e os meus tesouros irmãos,
parentes e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo que tem feito na minha vida e pelas ricas oportunidades que marcaram de forma significativa a realização desse trabalho. Pela saúde, graça e misericórdia para trilhar nesse mundo.

Terei sempre uma gratidão especial aos meus pais Bernardo António e Joana Francisco, pelos incentivos, atenção, conselhos, apoio nas minhas escolhas e principalmente por terem batalhado e escolhido o melhor para mim que é a minha formação profissional e por serem a fonte da minha inspiração para continuar com os meus objetivos. Louvo a Deus pela vida dos meus pais, pois tenho o maior orgulho por ser filho dessas grandes pessoas que eu mais admiro nesse mundo.

Aos meus irmãos Timóteo Francisco, Luísa Francisco, Manuel Cubala, Antonica Cubala e André Cubala por serem os meus pilares e pelo apoio incondicional.

A minha camarada Professora MSc. Valéria de Araújo por ter aceitado o desafio de ser a minha Orientadora e pelo profissionalismo demonstrado, dedicação, preocupação e cuidado em encaminhar todas as diretrizes do trabalho.

Aos meus parentes e amigos pelo maravilhoso apoio e por terem depositado esperanças em mim, a querida Fausta de Deus por ter sido uma companheira fiel desde o princípio até o final desse trabalho e pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha formação.

Aos meus colegas e conterrâneos de luta, aos meus professores pelos conhecimentos transmitido e a Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC pelos feitos e fraterno apoio a comunidade angolana em Criciúma.

A vida é uma jornada incrível e eu admiro a vida recheada de aventuras, alegrias, tristezas e felicidades... Mas, acima de tudo, a vida é uma grande “escola”, onde permanecemos em constante aprendizagem e contínuas mudanças, onde você é responsável pelos seus atos e escolhas naturais.

Manuel Quionza

RESUMO

CUBALA, António. **A inserção de Angolanos no Mercado de Trabalho e Formação profissional Brasileira na cidade de Criciúma.** Trabalho de Conclusão do Curso de Administração com linha de formação específica em empresa. Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma - SC.

A imigração atingiu, no mundo, um ponto fundamental no desenvolvimento das relações entre os países e, em especial, significativa importância na América Latina. Os movimentos de populações em nível internacional podem beneficiar tanto o país de origem quanto o país de destino, proporcionando ingressos de recursos econômicos aos primeiros e recursos humanos aos segundos. Nesse contexto, o objetivo do estudo é compreender de que forma ocorre o processo de integração social no mercado de trabalho e formação superior dos estudantes angolanos residentes na cidade de Criciúma. A pesquisa foi de caráter exploratório e descritivo como meios de investigação a pesquisa de campo e bibliográfica. Foram utilizados dados primários e secundários coletados por meio de questionário aplicado via *google forms* com estudantes angolanos matriculados na Universidade do Extremo Sul Catarinense, e fontes bibliográficas. A análise dos dados foi com abordagem qualitativa. A qualidade de ensino, o desenvolvimento do país e o dinamismo da cultura Brasileira são fatores que levam a mobilidade estudantil. A busca do mercado de trabalho a existência da oferta e a demanda de trabalho oferecido, não foi fácil, sendo estrangeiro, enfrentando um ambiente onde a dinastia é percorrida na influência da cultura e da educação de diferentes regiões.

Palavras-chave: Internacionalização. Mercado de Trabalho. Imigração. Ensino superior. Mobilidade acadêmica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Países de origem dos imigrantes que chegaram ao Brasil em 2015.....	20
Figura 2 – Número de emigrantes registado pela PF por ano.....	20
Figura 3 – Rota de entrada no Brasil.....	55
Figura 4 – Rota de entrada dos angolanos no Brasil via São Paulo	56
Figura 5 – Viagem para Angola em periodicidade	57
Figura 6 – Dificuldades em encontrar casa	58
Figura 7 – Dificuldades na inserção social na idade de Criciúma	60
Figura 8 – Estudantes dividido por curso	64
Figura 9 – O que você achou da aula, superou as expetativas? Assinale uma das alternativas	65
Figura 10 – Dificuldades de integração encontrada na instituição de ensino	66
Figura 11 – Diante das oportunidades e dificuldades de integração, qual é a sua atitude?	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Imigrantes por sexo, segundo principais países de nacionalidade no Brasil, 2000 – 2010	22
Quadro 2 – Concessão e tipos de vistos segundo as leis de 1980 e 2017	26
Quadro 3 – Integração como um processo de mudança	39
Quadro 4 – Estruturação da população – alvo	49
Quadro 5 – Síntese dos procedimentos metodológico	51
Quadro 6 – Perfil social dos estudantes	53
Quadro 7 – Distribuição socioeconômica	54
Quadro 8 – Questão sobre a escolha da instituição de ensino e país	63
Quadro 9 – Condição de trabalho dos estudantes	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de autorizações concedidas, segundo sexo, Brasil 2011 – 2015.....	41
Tabela 2 – Números de autorizações concedidas, segundo os países, Brasil 2011 – 2015	41

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONARE - Comitê Nacional para Refugiados

ECRE - European Council on Refugees and Exiles

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LADEM - Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais

ONU – Organização das Nações Unidas

PF – Polícia Federal

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA	15
1.2 OBJETIVO.....	15
1.2.1 Objetivo geral	15
1.2.2 Objetivos específicos	15
1.3 JUSTIFICATIVA	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 BREVE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO NO MUNDO E NO BRASIL.....	17
2.2 A IMIGRAÇÃO ANGOLANA.....	21
2.2.1 Cidade de destino	24
2.3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA APLICADA AOS IMIGRANTES	25
2.4 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	29
2.4.1 Mobilidade acadêmica	36
2.5 PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA A INSERÇÃO SOCIAL..	39
2.6 MERCADO DE TRABALHO.....	41
2.6.1 Dificuldades na procura de emprego	44
2.6.2 Causas da procura de emprego	44
2.7 CAUSAS DA PROCURA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	45
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO	46
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	46
3.2 TIPOS DE PESQUISAS	47
3.2.1 Definição da área e/ou população-alvo	48
3.2.2 Plano de coleta de dados	49
3.2.3 Plano de análise de dados	50
3.2.4 Síntese dos procedimentos metodológico	50
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	52
4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES	52
4.2 A FIXAÇÃO DE MORADIA NO BRASIL.....	54
4.3 A INSERÇÃO SOCIAL DOS ANGOLANOS NA SOCIEDADE LOCAL	58
4.4 A INTEGRAÇÃO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	62
4.5 A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	13

5 CONCLUSÃO	11
REFERÊNCIAS.....	14

1 INTRODUÇÃO

A imigração atingiu, no mundo, um ponto fundamental no desenvolvimento das relações entre os países e, em especial, significativa importância na América Latina. A qualidade e o dinamismo da cultura brasileira são um produto das correntes migratórias que o país recebeu em longo período, é também um exemplo do impacto positivo que a migração pode ter sobre um país ou determinada região. Os movimentos de populações em nível internacional podem beneficiar tanto o país de origem quanto o país de destino, proporcionando ingressos de recursos econômicos aos primeiros e recursos humanos aos segundos. Em longo prazo, esses movimentos tendem a facilitar as transferências de conhecimentos entre nações e enriquecer as diferentes culturas nacionais (PATARRA, 1996).

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2009) traz um detalhado panorama sobre a migração no mundo, destruindo estereótipos que representam os migrantes como pessoas que “roubam os empregos” ou que sempre estão em situação de extrema vulnerabilidade. O estudo mostra que o número de imigrantes no mundo chega perto de 1 bilhão, sendo 740 milhões dentro dos países e 214 milhões internacionais. Para quem vem de países mais pobres, avaliam os pesquisadores, a migração geralmente representa melhoria de condições de vida, embora também impliquem em uma série de riscos.

Patarra (1996) evidencia que são vários os fatores explicativos que estão concentrados na emancipação dos fluxos migratórios internacional no contexto dos países de destino.

No estudo das migrações são utilizadas um dos modelos de repulsão-atração. Portanto, elas são impelidas de acordo com a teoria da migração por um conjunto de razões como salários baixos, desempregos e outros fatores existentes nos seus países de origem comparando com o país na qual se destinam relação às vantagens que os mesmos teriam (salários elevados, possibilidade de obter melhores condições de vida, etc.) (GEORGE, 1977; PORTES E BÖRÖCZ, 1998; MATEOS, 2004).

A crise política, os desastres naturais, guerras, perseguição cultural e religiosa, são os fatores que levam um determinado indivíduo a emigrar. A crise

econômica de 2008 mudou o cenário econômico mundial, atingindo os destinos das correntes migratórias tradicionais, levando o fluxo de imigração para outros países do mundo, fora do eixo tradicional de maior atratividade como a Europa e os Estados Unidos da América. E, neste processo, os países de economias emergentes como o Brasil passam a entrar nas preferências dos imigrantes (MARINUCCI; MILESI, 2010).

Desde o descobrimento do Brasil, a imigração nesse país teve um grande incentivo de ingresso de trabalhadores estrangeiros como japoneses, e principalmente de origem europeia no território a partir do século XIX, mas no final da segunda grande guerra houve pouco interesse de trabalhadores estrangeiro de acordo com a política de austeridade implantada pelo regime militar na década de 1960 e pela crise econômica vivida nas décadas de 1970 e 1980 (FIGUEREDO, 2016).

Portanto, o ensino superior no Brasil, também foi protagonizado por uma série de transformações desde o início dos anos 1990 ao início do século XXI relacionado ao crescente número de estudantes matriculado, bem como os investimentos e expansão por todo país de novas instituições de ensino superior (FRANCA, 2017).

É de considerar que o Estado brasileiro tem dado grandes passos que fortificam o relacionamento com Angola nos campos da cultura e ciência, é nessa cooperação onde tem conseguido o seu espaço como país de destino de estudantes angolanos na continuidade da formação profissional para que estes possam buscar o conhecimento necessário em áreas de desenvolvimento, e nos seus retornos, contribuïrem para a melhoria de Angola (BATISTA, 2007). Seguindo a ideia do autor, esses fenômenos que levam os estudantes angolanos a buscarem a formação profissional no mercado brasileiro tem sido constante, e a recorrência na busca de um emprego é uma das consequências dos resultados inesperados que os estudantes enfrentam durante a sua estadia na cidade e principalmente pelo estado econômico que o país de destino enfrenta durante três anos.

Neste contexto, podem-se compreender as dificuldades enfrentadas e como ocorre a inserção social e acadêmica dos estudantes na cidade de Criciúma.

Esta monografia está estruturada em cinco capítulos, sendo que o primeiro traz a introdução, situação problema, objetivos e justificativa do estudo. Já o

segundo capítulo trata da fundamentação teórica. O terceiro aborda os procedimentos metodológicos e o quarto traz os resultados e a análise da pesquisa. E para finalizar, o quinto capítulo apresenta as considerações finais.

1.1 PROBLEMA

O mundo globalizado expressa uma transformação do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um método de amplas proporções que engloba nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações.

O Brasil tem dado grandes passos no que concerne em fortalecer o seu relacionamento com Angola e tem conseguido o seu espaço como país de destino para estudantes angolanos na continuidade da formação profissional ou de trabalho. As relações entre os dois Estados são bastante estreitas conduzidas pela cooperação e parceria no relacionamento entre povos, nas áreas política, econômica, social, militar e cultural.

Diante desses pressupostos, emergiu a questão norteadora deste estudo que foi: como ocorre a inserção de estudantes Angolanos no mercado de trabalho e de formação profissional Brasileiro?

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Objetivo geral

Compreender a integração e a mobilidade de estudantes angolanos no mercado de trabalho e de formação profissional brasileiro, a partir a percepção dos acadêmicos de uma universidade situada no extremo sul de Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos específicos

a) Identificar as motivações da procura de formação profissional no exterior;

- b) Conhecer a percepção dos estudantes Angolanos sobre dificuldades de integração encontradas na instituição de ensino e na sociedade;
- c) Mapear os fatores que levam os estudantes Angolanos a se inserirem no mercado de trabalho brasileiro e quais as dificuldades encontradas;
- d) Levantar a participação dos estudantes Angolanos e residentes nos setores produtivos;
- e) Verificar o que dispõe a legislação a respeito da condição de trabalho para estudantes estrangeiros.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com a elaboração desta pesquisa teve como base a compreensão dos objetivos, necessidades e dificuldades de integração em relação ao mercado de trabalho e de formação profissional no Brasil, a partir da percepção dos estudantes angolanos matriculados em uma universidade situada no extremo sul catarinense. A elaboração do trabalho pode contribuir positivamente para os pesquisadores, pois sua realização proporcionou conhecimentos específicos na área. Os resultados dos conteúdos e discussões deste trabalho podem viabilizar futuras discussões nas demais atividades no ramo acadêmico e entidades governamentais.

Numa abordagem ampla, além de servir de referência para outros estudos acadêmicos, ampliou com grande relevância os conhecimentos do pesquisador.

No campo socioeconômico e cultural trouxe informações concernentes à integração de estrangeiros no mercado profissional e de trabalho, pois é nesse contexto em que entra os diferentes tipos de cultura e a experiência do aprendizado de um ambiente de trabalho fora do habitual.

Foi possível fazer a coleta das informações necessária para viabilizar o projeto de pesquisa, de acordo com o cronograma e o orçamento previsto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BREVE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO NO MUNDO E NO BRASIL

O mundo nunca teve tanta gente morando fora do país de origem. Em um artigo publicado pelo Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora - LADEM (2000) abonam que a Organização das Nações Unidas (ONU) avalia que existem atualmente 160 milhões de migrantes, pessoas vivendo fora do seu país pelas mais variadas razões - da mudança temporária por exigência do trabalho à tentativa de uma vida melhor no exterior fugindo de guerras. Esse movimento só é comparável à grande onda migratória do início do século XX.

Conforme relatório de desenvolvimento humano realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), aproximadamente 195 milhões de pessoas moram fora de seus países de origem, o equivalente a 3% da população mundial, sendo que cerca de 60% desses emigrantes residem em países ricos e industrializados. No entanto, em decorrência da estagnação econômica oriunda de alguns países desenvolvidos, estima-se que em 2010, 60% das migrações ocorram entre países em desenvolvimento (PNUD, 2009).

Os principais destinos da migração internacional são os países industrializados, entre eles estão: Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália e as nações da União Europeia. Os Estados Unidos possuem o maior número de imigrantes internacionais – dos 195 milhões, 39 milhões residem naquele país. Os Estados Unidos continuam recebendo cerca de 1 milhão de imigrantes por ano, o mesmo número de um século atrás. Somente na última década, o número de imigrantes nos Estados Unidos aumentou de 20 para 28 milhões de pessoas, o equivalente a 10% da população americana. O impressionante é que esse número recorde de migrações ocorre num momento em que nunca houve tantas restrições para a entrada de estrangeiros nos países desenvolvidos (MARINUCCI; MILESI, 2004).

A migração internacional promove uma série de problemas socioeconômicos. Em face das medidas tomadas pela maioria dos países desenvolvidos no intento de restringir a entrada de imigrantes, o tráfico destes tem

se intensificado bastante. No entanto, esses mesmos países adotam ações seletivas, permitindo a entrada de profissionais qualificados e provocando a “fuga de cérebros” dos países em desenvolvimento, ou seja, pessoas com aptidões técnicas e dotadas de conhecimentos são bem-vindas. Outra consequência é o fortalecimento da discriminação atribuída aos imigrantes internacionais, processo denominado “xenofobia” (CERQUEIRA; FRANCISCO, 2016).

Nos finais dos anos 1980, reassume, sobretudo os movimentos migratórios internacionais com um importante crescimento no cenário mundial. Cenário este que, a par das grandes transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas em curso, têm-se caracterizado por acentuadas desigualdades regionais acentuadas e pela crescente manifestação de conflitos diversos e principalmente pela constituição de mercados integrada (PATARRA, 1996).

Conforme evidencia Silva (2014), a imigração vem a ser a entrada com ânimo permanente ou temporário, com intenção de trabalho ou residência, de pessoas de um país em outro, ou ainda, a introdução, em certo país, de pessoas de outra nacionalidade, com a intenção de ali se estabelecerem ou o adotarem como sua nova pátria.

A mobilidade individual ou coletiva se altera muito em função do momento histórico do território. As mobilidades são afetadas, em nível micro ou em nível macro, se esse lugar de origem está política e economicamente em condições favoráveis ou em crise, com boa ou escassa coesão social em período de paz ou guerra, em clima estável ou em proximidade de algum desastre natural, em estabilidade política ou não, em realidade historicamente independente ou não entre tantas outras variáveis (LUSI, 2013, p. 15).

Os registros históricos mostram que o Brasil é ratificado como um país de imigração, atraindo, desde a chegada dos primeiros navegadores no século XV e durante o seu processo de colonização, grande leva de imigrantes europeus e africanos, com o objetivo de ocupação de seu território. Essa característica de país da imigração se firma com a independência de Portugal, em 1822; entretanto, é somente a partir de 1870 que o Brasil passa a receber grande contingente de imigrantes portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses, os quais passam a ocupar a parte não colonizada do território, estabelecendo-se nas diversas regiões do país. Nesse período, a abolição da escravidão e a proibição do tráfico negreiro fomentaram a imigração, motivadas pela necessidade de substituição da mão de

obra escrava que até então era utilizada no país e constituía grande parte dos trabalhadores da lavoura (TEIXEIRA, 1996; PAIVA, 2014).

A primeira corrente imigratória no território brasileiro foi representada pelos portugueses que vieram fazer a vida no país, na condição de primeiros colonizadores, os quais possuem uma relação muito íntima com a história do Brasil, que, por sua vez, tem o seu desenvolvimento histórico muito aliado aos lusitanos, inicialmente por ter sido colônia de Portugal por mais de trezentos anos e, depois, por ter abrigado grande fluxo de imigrantes portugueses durante o transcorrer do século XIX e no início do século XX (GASPARETTO JUNIOR, 2013).

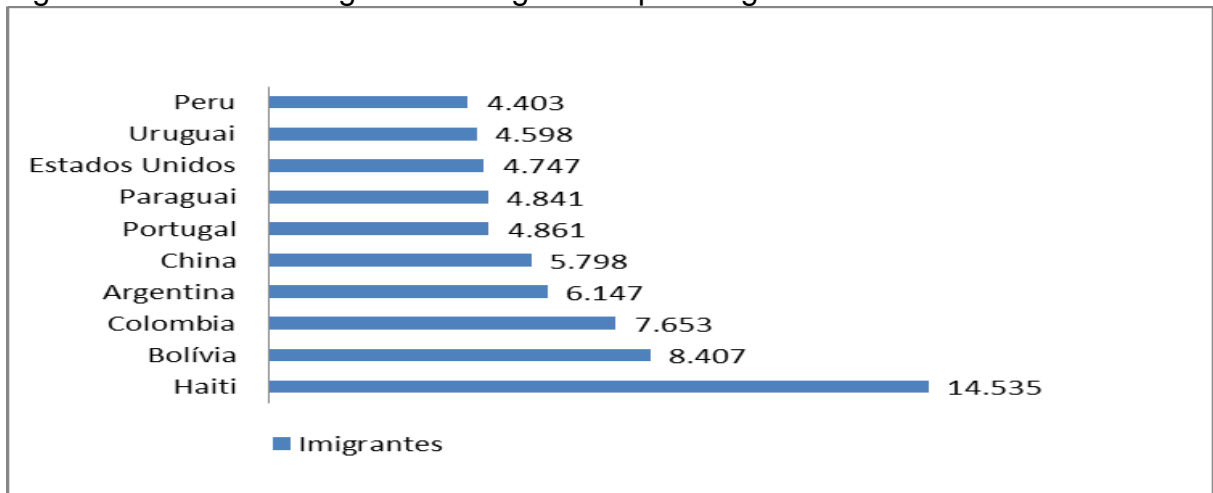
Gasparetto Júnior (2014, p.1) afirma que, em termos de migração espontânea, os portugueses representaram a maior onda imigratória no Brasil. A Imigração Portuguesa no Brasil representou a segunda maior corrente de estrangeiros que vieram fazer a vida no país. Mesmo na condição de colonizadores do Brasil, os portugueses só perderam a primeira posição para os africanos que foram trazidos ao Brasil em enorme proporção.

O Brasil foi marcado por um grande impacto da onda imigratória internacional desde os séculos XIX e XX quanto seu volume, quanto ao seu grau de modificação desafiada pela estrutura demográfica e socioeconômica. A imigração no Brasil começou com os portugueses na era da colonização, visando o apoderamento militar e econômico da terra. A implantação da grande lavoura de exportação deu a origem do tráfico de escravo africano, foi um movimento migratório forçado que durou por três séculos (até 1850) e que introduziu no país cerca de 4 milhões de cativos. Nos primórdios do século XIX, esse movimento passou a ser diversificado com base nas experiências da imigração livre concedida também a não portugueses (PATARRA, 1996).

Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o país recebeu 268,5 mil imigrantes internacionais, 86,7% a mais do que em 2000 (143,6 mil). Os principais países de origem dos imigrantes foram os Estados Unidos (51,9 mil) e Japão (41,4 mil). Verificou-se que o Brasil está recebendo de volta muitos brasileiros que estavam no exterior. Do total de imigrantes internacionais, 174,6 mil (65,0%) eram brasileiros e estavam retornando; já em 2000, foram 87,9 mil imigrantes internacionais de retorno, 61,2% do total dos imigrantes.

O número de imigrantes registrados pela Polícia Federal aumentou 160% em dez anos. Segundo dados da PF, 117.745 estrangeiros deram entrada no país em 2015 – um aumento de 2,6 vezes em relação a 2006 (45.124). Na figura 1 é possível mensurar o ranking da origem dos imigrantes num total de 65.990 (MANTOVAN; VELASCO, 2016).

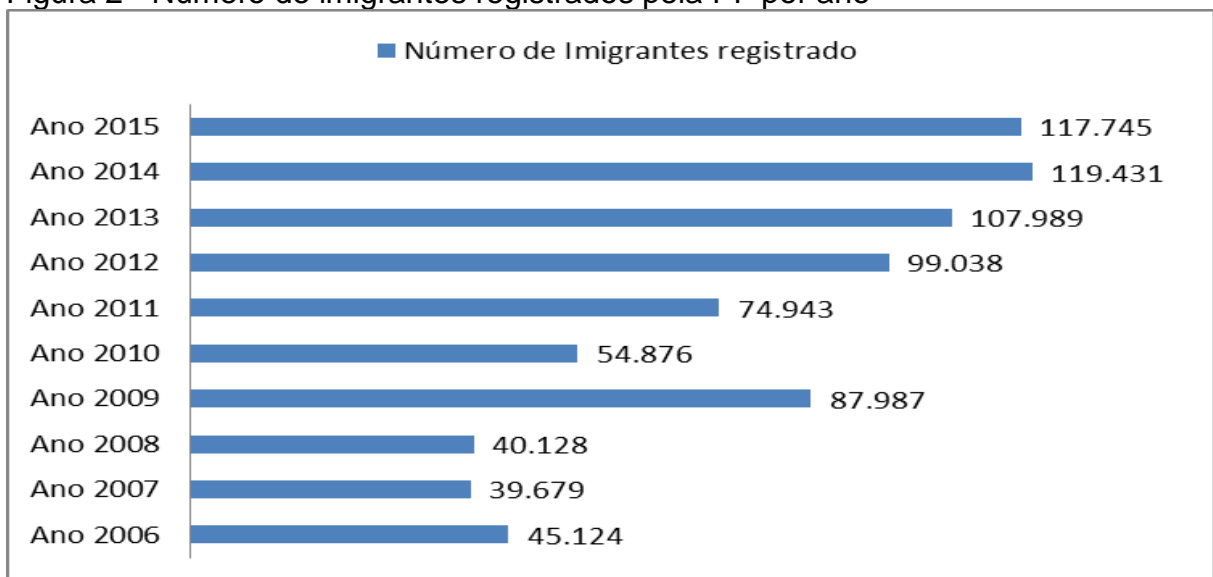
Figura 1 - Países de origem dos imigrantes que chegaram ao Brasil em 2015.



Fonte: Elaborado com base no texto de Mantovan e Velasco (2016).

Na figura 2 é possível mensurar as estatísticas dos imigrantes registrados pela Polícia Federal por ano no total de 786.940 imigrantes.

Figura 2 - Número de imigrantes registrados pela PF por ano



Fonte: Elaborado com base no texto de Mantovan e Velasco (2016)

Percebe-se que houve mais número de imigrantes registrados no ano de 2014 em detrimento do ano seguinte (2015), ou seja, menos 1.686 registros.

2.2 A IMIGRAÇÃO ANGOLANA

A maioria dos escravos destinados ao Brasil procede de áreas comercialmente interligadas, sob o controle de portugueses, como a Costa da Mina, o Congo e Angola. Os escravos procedentes de Moçambique chegaram à larga escala ao Brasil somente na última década do Século XVIII (IBGE, 1990).

O processo dessa migração (internacional) suscita por diversos fatores: em consequência de desastres ambientais, guerras, perseguições políticas, étnicas ou culturais, causas relacionadas a estudos em busca de trabalho e melhores condições de vida, entre outros. O principal motivo para esses fluxos migratórios internacionais é o econômico, no qual as pessoas deixam seu país de origem visando à obtenção de emprego e melhores perspectivas de vida em outras nações (FRANCISCO; CERQUEIRA, 2016).

O cenário da estabilidade econômica amplamente enfatizada pela mídia internacional a partir do final da década passada e início desta, foi o principal motivo para a atração de imigrantes como os Haitianos para o Brasil após o terremoto de grandes proporções que atingiu o Haiti no mês de janeiro de 2010, o qual ocasionou a destruição quase que completa daquele país e proporcionou dificuldades extremas de sobrevivência aos seus habitantes que, sem alternativas para tentar restabelecer e retomar a vida em seu território optaram por tentar a sorte em outros países (IBGE, 2014; FIGUEIREDO, 2016).

A cláusula de cessão para refugiados de Angola e da Libéria entrou em vigor desde o último dia 30 de junho de 2013, anunciada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e foi perfilhado pela ACNUR com base na paz e na estabilidade conseguida nos dois países após sangrentas guerras civis. Adrian Edwards, porta-voz do ACNUR, afirma que a entrada em vigor desta cláusula de cessação significa que os nacionais de Angola e da Libéria que permanecerem no exterior não devem mais ser considerados refugiados pelo ACNUR e pelos governos que os acolheram. A medida anunciada se aplica aos angolanos que

deixaram o país durante a guerra da independência com Portugal (1965-1975) e a subsequente guerra civil que terminou em 2002 (ACNUR, 2012).

Sabe-se que os fluxos de pessoas para outros municípios, regiões ou países, são frutos tanto de fatores de expulsão nos locais de origem (a falta de trabalho, de escolas, de paz, de liberdade de expressão, de liberdade de profissão de fé religiosa), bem como relativos a fatores de atração nos locais de destino como facilidades educacionais, o clima agradável com temperaturas amenas, oportunidades de trabalho, união familiar (ÂNTICO, 2014).

Numa análise sobre a migração segundo a nacionalidade do migrante, é possível vivenciar as diferenças de comportamentos em relação à tendência de declínio no volume de imigrantes (CAVALCANTI, 2014).

Quadro 1- Imigrante por sexo, segundo principais países de nacionalidade no Brasil, 2000-2010

País de Nacionalidade	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
África do Sul	1.264	747	517	1.586	1.130	456
Angola	6.349	3.548	2.801	6.445	3.309	3.136
Cabo Verde	842	435	407	1.194	530	664
Egito	3.394	1.674	1.747	3.116	1.664	1.452
Moçambique	1.338	815	523	1.426	623	803
Nigéria	529	479	50	1.119	831	288
Total	13.716	7.698	6.045	14.886	8.087	6.799

Fonte: Elaborado com base no texto de Cavalcanti (2014) e do IBGE (2010)

Como observado no quadro 1, os Angolanos foram os que mais entraram no território Brasileiro no período entre 2000 a 2010 dentre os países na sequência, em seguida o Egípcios e Moçambicanos.

As razões para a crescente importância do Brasil como um íman para a imigração africana são variadas, uma razão é que destinos na Europa estão rapidamente perdendo apelo. Para os imigrantes de Angola e outras antigas colônias portuguesas (Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), Portugal tem sido a escolha convencional para aqueles que fogem da pobreza ou da luta civil. Mas a economia de Portugal está a lutar, para dizer o mínimo, e há poucos postos de trabalho para os imigrantes. De facto, um número cada vez maior de cidadãos portugueses também está a migrar para o Brasil devido à sua enorme e rápida expansão económica (SAWERS, 2011).

Não importa quão curto ou quanto tempo, como fácil ou difícil, cada ato de migração envolve uma origem, um destino e um conjunto interventor de obstáculos. Entre o conjunto de obstáculos que intervêm, a distância do movimento como uma que é sempre presente (LEE, 1966).

Nos seus deslocamentos, os imigrantes angolanos trazem consigo a sua história de guerras, modos de vida, a sua religiosidade, a sua cultura, a sua identidade, continuando a construir com o Brasil uma história de laços de integração desencadeados desde o período colonial (BATISTA, 2008).

Segundo Ribeiro (1995 apud Batista, 2008) a migração internacional Brasil – África de angolanos para o Brasil é caracterizada em três períodos:

a) O da migração compulsória na época da escravidão e tráfico de escravos (1531- 1810);

b) O do processo migratório das décadas de 1957 a 1970, marcada pelo início do processo de independência das colônias portuguesas na África e pelo reinício do conflito armado em Angola;

c) E o último, a partir de meados de 1980 que assume o caráter de refugiados, decorrente também dos desdobramentos dos conflitos desencadeados pela guerra em Angola.

Ribeiro (1995 apud BATISTA, 2008, p. 104) caracteriza os imigrantes angolanos dos últimos anos com um perfil diferenciado, assim retratado: Têm assumido o caráter de refugiados, sendo, majoritariamente jovens, dos quais grande parte é estudante de nível superior. Solteiros em sua maioria pertencem às classes favorecidas em Angola e têm em geral planos para retardar o retorno ao país de origem. São assim pessoas com alto potencial profissional e em idade de maior risco reprodutivo. A escolha do Brasil como país de destino provavelmente tem a ver com as facilidades existentes de migração, como o fator língua, clima e cultura.

A dimensão territorial do Brasil proporciona aos imigrantes a opção de escolha da região do processo de construção/reconstrução de suas vidas, e uma dessa escolha ou opção foi o estado de Santa Catarina. Esse é um território na qual tem acolhido um grande contingente de Haitianos e Ganenses como um dos destinos a atrativo que chama a atenção devido à posição de destaque que a economia catarinense vem ocupando no cenário econômico brasileiro das últimas décadas (FIGUEREDO, 2016).

E para os Angolanos foi a mesma escolha, ou seja, não foi diferente para os nativos de Angola, tanto que há um forte laço de irmandade - cooperação bilateral porque a “República Federativa do Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em novembro de 1975, tendo empenhado apoio diplomático ao Governo angolano mesmo durante o período mais agudo da Guerra Fria” (ITAMARATY, 2017, p. 1).

Conforme o Ministério das Relações Exteriores – MRE (2017), as relações diplomáticas com Angola são pautadas na Declaração de Parceria Estratégica, assinada em junho de 2010. O documento delimita áreas de interesse recíproco e prioridades em termos de cooperação técnica, concertação política e integração econômica. Angola é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil na África. Entre 2002 e 2008, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de vinte vezes, chegando a US\$ 4,21 bilhões. O Brasil é um dos principais parceiros comerciais de Angola e muitas empresas brasileiras de construção civil têm escritório em Luanda. A linha de crédito concedida pelo BNDES a Angola nos últimos anos constitui eficiente mecanismo de apoio à consolidação da presença do Brasil naquele mercado, e em 1980, foi feita a - Assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica (MRE).

2.2.1 Cidade de destino

Os principais destinos escolhidos por esses imigrantes são as grandes cidades brasileiras, entre elas o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal – considerada uma cidade global que adquire características de muitos lugares. O Rio acaba por adquirir marcas de outros povos, de diferentes culturas, de distintos modos de ser que convivem no mesmo lugar, como uma representação multicultural do mundo. A cidade passa a ter uma diversidade de padrões e valores culturais, línguas e dialetos, religiões e seitas, modos de vestir e alimentar, etnias e raças, problemas e dilemas, ideologias e utopias (IANNI, 1999 apud COSTA, 2013).

Nas metrópoles e comunidades, teve um grande aumento de imigrantes nessas últimas décadas com a presença angolanos, congoleses, bolivianos,

chineses e haitianos que se instalam nas áreas centrais da cidade (BÓGUS; PASTERNAK, 2004).

Há uma pequena, mas reconhecível comunidade de angolanos no Brasil composta principalmente de imigrantes e expatriados de Angola. Há uma estimativa de cidadãos angolanos registrados no Brasil, a maioria estando no país com vistos de estudante ou de trabalho (SAWERS, 2016).

Além do pequeno número de expatriados angolanos que residem atualmente no Brasil, milhões de afro-brasileiros têm considerável ascendência angolana, como resultado do transporte e tráfico de escravos no transatlântico de Angola para o Brasil até o século XIX (EL EXPORTADORE, 2016).

2.3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA APLICADA AOS IMIGRANTES

Historicamente a Lei nº 601 de 1850 ou Lei de Terras (BRASIL, 1850, s/p) é remontada como a primeira legislação a tratar sobre a imigração no Brasil com a finalidade de definir critérios em relação aos direitos e deveres dos proprietários de terra, na quais (sesmeiros e posseiros) se aproveitavam dos critérios das leis jurídicas omissas para a posse de terras (SOUZA, 2013).

No preâmbulo do texto original da lei 601 editada em 18 de setembro de 1850 das terras devolutas, autorizava o Estado a incentivar a colonização do território brasileiro por estrangeiros (BRASIL, 1850, s/p):

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.¹

Os artigos 17 a 21 da Lei de Terras facilitavam as condições de ingresso de estrangeiros em território brasileiro, mas com algumas diretrizes e obrigações que deveriam ser seguidas.

¹ Percebe-se que o preâmbulo do texto da lei 601 de 18 de setembro de 1850 sobre as terras devolutas encontra-se “possíveis” erros de escrita de acordo com o acordo ortográfico vigente, pois no texto original dessa mesma lei, as palavras como nacionais, estrangeiros, colonização, estrangeira, são descritas dessa mesma forma em detrimento de nacionais, estrangeiro e colonização. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm.

A limitação de ingresso dos estrangeiros no estado brasileiro é referente a Constituição da República de 1934 contida no artigo 121, § 6º (BRASIL, 1934, s/p):

Art. 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

Esse mesmo artigo foi reforçado pelo governo de Getúlio Vargas em 1941 editando o Decreto – lei 3.175 impondo no seu artigo 1º novas restrições com duas exceções como a concessão de vistos temporários para a entrada de estrangeiros no país (FIGUEIREDO, 2016; BRASIL, 1941, s/p):

Art. 1º. Fica suspensa a concessão de vistos temporários para a entrada de estrangeiros no Brasil. Excetuam-se os vistos concedidos:

- 1) a nacionais de Estados americanos;
- 2) a estrangeiros de outras nacionalidades, desde que provem possuir meios de subsistência.

Art. 2º Fica suspensa igualmente a concessão de vistos permanentes. Excetuam-se os vistos concedidos:

- 1) a portugueses e a nacionais de Estados americanos;
- 2) ao estrangeiro casado com brasileira nata, ou à estrangeira casada com brasileiro nato;
- 3) aos estrangeiros que tenham filhos nascidos no Brasil;

[...]

- 5) a estrangeiros que provem a transferência para o país, por intermédio do Banco do Brasil, de quantia, em moeda estrangeira, equivalente, no mínimo, a quatrocentos contos de réis;

- 6) a técnicos de mérito notório especializados em indústria útil ao país e que encontrem no Brasil ocupação adequada;

- 7) ao estrangeiro que se recomende por suas qualidades eminentes, ou sua excepcional utilidade ao país;

[...]

Sobre visto, atualmente instituído pelo governo do presidente Michel Temer a Lei 13.445/2017 (lei de migração) no dia 24 de maio de 2017 no seu artigo 6º, mas com o seu parágrafo único vetado e o artigo 7º (BRASIL, 2017):

Art. 6º O visto é o documento que dá a seu titular expectativa de ingresso em território nacional;

Art. 7º O visto será concedido por embaixadas, consulados-gerais, consulados, vice-consulados e, quando habilitados pelo órgão competente do Poder Executivo, por escritórios comerciais e de representação do Brasil no exterior.

Parágrafo único. Excepcionalmente, os vistos diplomático, oficiais e de cortesia poderão ser concedidos no Brasil.

A seguir, verificar-se-á algumas versões das legislações passadas com o da legislação vigente relacionado ao visto de acordo com a Lei 6.815/1980 (lei ordinária) de 19 de agosto de 1980 que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, e cria o Conselho Nacional de Imigração do então governo de João Figueiredo (BRASIL, 1980) e a Lei 13.445/2017 (lei de migração) de 24 de maio de 2017 do atual governo de Michel Temer (BRASIL, 2017).

Quadro 2 - Concessão e tipos de visto segundo as leis de 1980 e 2017

Governo João Figueiredo Art. 4º 1980	Governo Michel Temer Art. 12º 2017
Art. 4º Ao estrangeiro que pretenda entrar no território nacional poderá ser concedido visto:	Art. 12. Ao solicitante que pretenda ingressar ou permanecer em território nacional poderá ser concedido visto:
I - De trânsito;	I - De visita;
II - De turista;	II - Temporário;
III - temporário;	III - Diplomático;
IV - Permanente;	IV - Oficial;
V - De cortesia;	V - De cortesia.
VI - Oficial; e	-
VII - Diplomático.	-

Fonte: Diário oficial da união (1980; 2017)

Como observado no quadro 2, apenas algumas expressões foram excluídas e outras acrescentada na legislação vigente formando um só inciso como os dois primeiros de 1980.

Portanto, de acordo com o Art. 13 da Lei nº 13.445/2017 vem especificar a finalidade do visto de visita e que o mesmo poderá ser concedido ao visitante que venha ao Brasil para estada de curta duração, sem intenção de estabelecer residência, nos seguintes casos (BRASIL, 2017):

- I - Turismo;
- II - Negócios;
- III - Trânsito;
- [...]

§ 1º É vedado ao beneficiário de visto de visita exercer atividade remunerada no Brasil.

§ 2º O beneficiário de visto de visita poderá receber pagamento do governo, de empregador brasileiro ou de entidade privada a título de diária, ajuda de custo, cachê, pró-labore ou outras despesas com a viagem, bem como

concorrer a prêmios, inclusive em dinheiro, em competições desportivas ou em concursos artísticos ou culturais.

[...]

Com base no Art. 9º da Lei de Migração, o visto de turista poderá ser concedido ao estrangeiro que venha ao Brasil em caráter recreativo ou de visita, assim considerado aquele que não tenha finalidade imigratória, nem intuito de exercício de atividade remunerada (BRASIL, 1980).

De acordo com o Artigo 14º da Lei nº 13.445/2017 que trata sobre a concessão do visto temporário, concede a todos os estrangeiros o ingresso no território Brasileiro com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado e que se enquadrem em pelo menos em uma das seguintes hipóteses (BRASIL, 2017):

I - O visto temporário tenha como finalidade:

- a) pesquisa, ensino ou extensão acadêmica;
- b) tratamento de saúde;
- c) acolhida humanitária;
- d) estudo;
- e) trabalho;
- f) férias-trabalho;

[...]

h) realização de investimento ou de atividade com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural;

i) reunião familiar;

j) atividades artísticas ou desportivas com contrato por prazo determinado;

[...]

§ 1º O visto temporário para pesquisa, ensino ou extensão acadêmica poderá ser concedido ao imigrante com ou sem vínculo empregatício com a instituição de pesquisa ou de ensino brasileira, exigida, na hipótese de vínculo, a comprovação de formação superior compatível ou equivalente reconhecimento científico.

[...]

§ 4º O visto temporário para estudo poderá ser concedido ao imigrante que pretenda vir ao Brasil para frequentar curso regular ou realizar estágio ou intercâmbio de estudo ou de pesquisa.

§ 5º Observadas as hipóteses previstas em regulamento, o visto temporário para trabalho poderá ser concedido ao imigrante que venha exercer atividade laboral, com ou sem vínculo empregatício no Brasil, desde que comprove oferta de trabalho formalizada por pessoa jurídica em atividade no País, dispensada esta exigência se o imigrante comprovar titulação em curso de ensino superior ou equivalente.

[...]

§ 8º É reconhecida ao imigrante a quem se tenha concedido visto temporário para trabalho a possibilidade de modificação do local de exercício de sua atividade laboral.

[...]

Da autorização de residência aos estrangeiros, ao residente fronteiriço ou ao visitante, poderá ser autorizada mediante registro desde que se enquadre em uma das seguintes hipóteses do artigo 30º:

- I - A residência tenha como finalidade:
 - a) pesquisa, ensino ou extensão acadêmica;
 - [...]
 - d) estudo;
 - e) trabalho;
 - [...]
 - h) realização de investimento ou de atividade com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural;
 - i) reunião familiar;
- II - A pessoa:
 - a) seja beneficiária de tratado em matéria de residência e livre circulação;
 - b) seja detentora de oferta de trabalho;
 - c) já tenha possuído a nacionalidade brasileira e não deseje ou não reúna os requisitos para readquiri-la;
 - [...]

O Visto de Estudante (Visto Temporário) pode ser concedido para estadas de até 365 dias no Brasil, para estudantes aceitos ou matriculados em cursos de graduação ou de pós-graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) no Brasil. Portanto, a documentação necessária para efetivação do pedido de visto depende do país de origem do aplicante (ITAMARATY, 2015)

Em geral, a documentação solicitada inclui, no mínimo:

- Formulário preenchido e assinado em duas vias;
- Passaporte;
- Declaração da Instituição de Ensino brasileira atestando que o interessado foi aceito ou está matriculado no curso pretendido;
- Termo de Responsabilidade Financeira emitido pelo órgão responsável, quando bolsista, ou pela pessoa responsável pelo estudante;
- Autorização dos pais, se menor de idade;
- Atestado de bons antecedentes;
- Comprovante de meio de transporte de entrada e saída do território nacional.

2.4 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Com a criação das primeiras escolas europeias desde a idade média, as universidades dessa época já eram de carácter internacional. As *universitas* como eram chamadas, lograva de uma comunidade de professores e estudantes de diferentes regiões e países do mundo, mas reunidos na busca dos mesmos objetivos que é o conhecimento. A universidade é constituída por um universo cultural, na qual a universalidade e a multiplicidade das visões do mundo, posições filosóficas, tendências científicas e políticas, enfim, diferentes modos de pensar dos seres humanos, são oriundos das diferentes partes do planeta (STALLIVIERI, 2002).

Após a II Guerra Mundial, a educação passou a ser considerada com um aspecto estratégico para consolidação da paz e da segurança internacional tendo sido destacada a importância da internacionalização de culturas e saberes na própria carta constitutiva da Organização das Nações Unidas (ONU). Especificamente para a consecução deste objetivo, foi criada também em 1945 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que destaca já em seu primeiro artigo a importância, a contribuição e o papel da cooperação educacional, da ciência e da cultura (PAVARINA, 2015).

A educação é defendida pela UNESCO enquanto um bem público, compreendido como um direito humano, universal e dos sustentáculos dos direitos humanos. No que tange à internacionalização, a UNESCO entende que a cooperação interinstitucional internacional deve ser objetivada por todas as instituições de ensino superior (PAVARINA, 2015, p. 3).

Esta compreensão da UNESCO contrasta com o entendimento que tem a Organização Mundial do Comércio (OMC); isto porque esta organização considera o ensino superior passível de 'exportação e importação', tal como qualquer outro serviço transacionável no exterior e, portanto, deve ser regularizada pelo mercado. É nessa perspectiva que em 1995, no âmbito do Acordo Geral de Comércio de Serviços, apresentou como proposta a inclusão da educação como serviços. Assim, a compreensão da internacionalização da educação superior não pode ser avaliada distante destas duas concepções profundamente antagônicas (PAVARINA, 2015, CASTRO, 2009).

Entretanto, segundo Azevedo (2008) a OMC estabeleceu quatro campos para o procedimento da internacionalização da educação: a) oferta transfronteiriça (modalidade de educação à distância, educação online, franquias de cursos); b) consumo no exterior (mobilidade estudantil); c) presença comercial (mobilidade de

instituições); e d) presença pessoal direta do provedor (mobilidade científico-acadêmica).

Os países desenvolvidos e os órgãos internacionais foram criando mecanismos de reformas educacionais para o ensino superior de acordo com a lógica do mercado. Pode-se dizer que internacionalização, emerge das necessidades das instâncias econômicas e políticas e não das necessidades dos espaços universitários. Os blocos econômicos passaram a exigir também um espaço comum de educação, no qual fosse possível a livre circulação de serviços e capitais educacionais, o que solicitou a necessidade de compatibilizar as qualificações, os sistemas educativos e a criação de padrões educacionais equivalentes (CASTRO, 2009).

A importância da educação teve um grande destaque na internacionalização da cultura, saber, na consolidação da paz e da segurança internacional assim como evidencia o artigo 55º da Carta das Nações Unidas (ONU) e Estatuto da Corte Internacional de Justiça no seu capítulo IX - Cooperação internacional econômica e social: Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão: a) Níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; b) A solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; e c) O respeito universal e efetivo raça, sexo, língua ou religião (ONU, 1945, p. 33).

Essa atividade só deveria ser efetuada como o pressuposto orientador da política dos Estados-Membros, que fazem parte a Organização, o combate à ignorância e a universalização do acesso de todos ao conhecimento disponível (WERTHEIN; CUNHA, 2005).

Desse modo, quando a UNESCO persegue hoje uma cultura de paz, percebe-se logo que a âncora dessa busca é a educação, pois a conquista da paz pressupõe, entre outros, o direito à educação. É por intermédio da educação que reside à esperança de formação de mentes verdadeiramente democráticas. Sob esse aspecto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos assinada em 1948, em seu Artigo 26 estabelece que toda pessoa tem o direito a educação. A educação deve ter como objetivos o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. Ela deve promover a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e os grupos religiosos e raciais (WERTHEIN; CUNHA, 2005, p. 11).

Foi realizada com desígnios a qualificação do ensino duas Conferência Mundial de Ensino Superior 2009, que aconteceu entre os dias 5 e 8 de julho de

2009, na sede da UNESCO em Paris, reconhecendo a relevância duradoura dos resultados e a Declaração da Conferência Mundial de Ensino Superior de 1998, e levando em consideração os resultados e recomendações das seis conferências regionais (Cartagena das Índias, Macau, Dakar, Nova Deli, Bucareste e Cairo), bem como os debates e resultados dessa conferência mundial *As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social* (UNESCO, 2009).

Frente ao acelerado processo de internacionalização, percebido principalmente nas duas últimas décadas, mais efetivamente em nível científico e tecnológico, as universidades passam a buscar o seu espaço diante desse novo panorama que se apresenta. Trata-se até de uma questão de sobrevivência, ou seja, é necessário internacionalizar para poder competir em níveis de igualdade com as melhores instituições de ensino superiores nacionais e estrangeiras. Os inúmeros desafios, que estão surgindo no momento em que chega o novo século, impulsionam as universidades a buscarem um grau de internacionalização muito mais elevado. A globalização da economia, do comércio, dos processos de produção e das telecomunicações criou um cenário interconectado. A globalização da cultura, da ciência, das tecnologias exige de nossos estudantes universitários um nível de competência e de formação muito mais sólido e competitivo. Torna-se mister, então, que as instituições estejam preparadas para oferecer soluções a esses novos desafios (STALLIVIERI, 2002, p. 3).

O termo internacionalização está sendo muito usada para discutir temas sobre a dimensão internacional do ensino superior e, mais amplamente, educação pós-secundária. É um termo que significa coisas diferentes para pessoas diferentes e, portanto, usado em diversas maneiras embora seja encorajador ver o aumento do uso e atenção prestada para a internacionalização, há uma grande confusão sobre o que isso significa (KNIGHT, 2004):

- Para algumas pessoas, significa uma série de atividades internacionais, como mobilidade acadêmica para estudantes e professores; vínculos internacionais, parcerias e projetos; e novos programas acadêmicos internacionais e iniciativas de pesquisa.
- Para outros, significa a entrega de educação para outros países através de novos tipos de acordos, tais como filiais ou franquias usando uma variedade de técnicas de cara a cara e distância.
- Para muitos, significa a inclusão de uma organização internacional, intercultural e/ou dimensão global no currículo e processo de ensino de

aprendizagem. Outros ainda vêm projetos de desenvolvimento internacional e, alternativamente, a crescente ênfase em comércio de ensino superior como internacionalização.

Neste mesmo contexto, existe outra confusão entre a definição de globalização e internacionalização, tal ponto é que muitos pesquisadores têm evitado o uso do termo “globalização da educação”. Os dois termos são usados como sinônimos é importante distinguir que a globalização representa o processo que exerce impactos sobre a internacionalização do ensino superior (MIURA, 2006).

A globalização passou a ser o conceito de legitimação nos discursos contemporâneos e nas atuais políticas ligada a economias nacionais e de gestão de estado. Vem impactando de forma especial os processos educativos [...] é a partir da década de 1990, com o processo de globalização, que a internacionalização da educação superior vem se fortificando no panorama mundial (CUNHA, 2016; MOROSINI, 2006).

Portanto, segundo o autor Morosini (2006), diz que a definição da Internacionalização da educação superior é complexa, pois ela traz uma pluralidade de termos relacionados, apresentando diversas fases de desenvolvimento. São citadas:

- a) dimensão internacional – presente no século XX, que se caracteriza por ser uma fase incidental mais do que organizada; b) educação internacional – atividade organizada prevalente nos Estados Unidos, entre a segunda guerra mundial e o término da guerra fria, preferentemente por razões políticas e de segurança nacional; e c) internacionalização da educação superior, posterior à guerra fria e com características de um processo estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior.

O mundo do ensino superior está mudando, e está mudando o mundo em que o ensino superior desempenha um papel significativo. Há muitas razões para a transformação. Impulsores-chave de mudança são o desenvolvimento de comunicação avançada e serviços tecnológicos, aumento da mobilidade internacional do trabalho mais ênfase na economia de mercado e a liberalização do comércio, foco na sociedade do conhecimento, aumento dos níveis de investimento privado e diminuição do apoio público para a educação e aprendizagem ao longo da vida (KNIGHT, 2004).

A internacionalização tem sido entendida no Brasil como uma forma de melhorar as instituições de ensino superior (IES) e sua imagem por meio de

intercâmbio de professores e estudantes com centros mais avançados. Isso já é um avanço importante e tem ocorrido na América Latina como um todo, [...], no entanto, o conceito amplo e moderno de internacionalização tende a se ampliar, incorporando os princípios da globalização, isto é, como inserir a IES no mundo global, quebrando as barreiras do regionalismo e participando de alianças e cooperações vencer-vencer, em que ambas as partes se beneficiam, nem sempre e necessariamente, no entanto, em relação aos mesmos itens (LOBO; FILHO, 2016).

Ser globalizado no ensino superior é acolher com naturalidade estudantes e professores estrangeiros e integrá-los sem dificuldade à rotina institucional, é reconhecer a necessidade do domínio generalizado da língua inglesa na instituição, é buscar parcerias para troca de acadêmicos de forma ampla independentemente da situação financeira de cada um, mesmo que a partir de projetos diferenciados e adaptados a cada realidade. É interagir com todos os continentes e culturas sem discriminação e aproveitar seus ensinamentos, é dar a seus estudantes e professores uma visão de mundo e das diferentes culturas sem preconceitos, incluindo estes conhecimentos nas estruturas curriculares adaptadas a cada curso e programa, é buscar colaboração internacional para o desenvolvimento de projetos entre estudantes, entre professores e entre grupos de estudantes/professores. A educação, que até recentemente podia ser regionalizada porque a mobilidade da população, até meados do século 20, era pequena e os meios de comunicação precários, não atende mais às novas realidades, de globalização da produção, do emprego e da vertiginosa expansão dos meios de comunicação (LOBO; FILHO, 2016, p. 1).

A criação de um bloco econômico de integração regional entre os países da América do Sul é de enfrentar a dinamização da ordem global (WIESEBRON; GRIFFITHS, 2008). Esse mesmo bloco não foi criado apenas para tratar de questões econômicas, também foi criado um setor educativo definindo um espaço para a criação de políticas culturais (MENDES, 2012).

Foi a partir de 1998, que o governo brasileiro vem mobilizar a cooperação no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL na valorização dos serviços educacionais produzindo resultados em programas específicos no CNPq e na CAPES, que estimulam os Estados brasileiros, normalmente limítrofes aos participantes do MERCOSUL, a beneficiarem-se desta ferramenta para fortalecer o apoio às atividades educacionais nestes países, centrando-se, porém, nas missões de estudos e atividades científicas (MARIN; BRASIL, 2004).

O estudo sobre a educação superior no Brasil, focalizando o conjunto de processos de internacionalização, contribui para uma aproximação com os complexos problemas da política de ensino superior e a identificação de princípios e estratégias que poderão executar programas e legislações com

capacidade de reduzir as assimetrias e dar um sentido positivo à cooperação inter e intra-universitária de regiões, países e sociedades. Na atualidade, o Brasil tem em pauta uma reforma do ensino superior e está pressionado a mudar profundamente as universidades, seus princípios éticos, suas práticas e seus modos de inserção nas sociedades local, regional, nacional e internacional (MARIN; BRASIL, 2004, p. 13).

As políticas de internacionalização da universidade encontram-se principalmente no campo de Cooperação Internacional de diferentes instituições governamentais de desenvolvimento de recursos humanos de ensino superior e de desenvolvimento científico e tecnológico (KRAWCZYK, 2008, p. 53):

No primeiro caso, encontra-se a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – que está vinculada ao Ministério de Educação e no segundo o CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que está vinculado ao Ministério de Ciência e Técnica. A diferença radica em que as atividades do CNPq estão orientadas pelas políticas do Ministério de Ciência e Técnica e no caso da Capes é a instituição responsável pela definição de políticas de formação de recursos humanos de ensino superior e acompanha as grandes tendências de política internacional governamental.

É possível observar algumas tendências de Programas de Cooperação Internacional desenvolvidos nos últimos anos pela CAPES e CNPq (KRAWCZYK, 2008):

- a) Programas de Formação – graduação: esse programa visa fomentar a mobilidade de estudantes de excelência para o intercâmbio de graduação. Programas de Formação – pós-graduação no exterior: tem o objetivo de formar pesquisadores em nível de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. Pode ser realizado nas modalidades: sanduíche (período de tempo que o estudante faz fora do país de origem) e integral, nas universidades destinatárias.
- b) Programas de Pesquisa Conjunta entre Países: cooperação científica interuniversitária através de pesquisa e/ou publicações conjuntas entre os países. Contempla também intercâmbios de estudantes e professores.
- c) Programas de Formação – Recursos humanos locais: apoio de visitas de média ou longa duração de professores estrangeiros convidados por cursos de doutorado de Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras; apoio à inserção acadêmica de destacados professores brasileiros em renomadas instituições de ensino superior no exterior (para ministrar aulas, realizar pesquisas e desenvolver atividades de orientação técnica e científica). Este tipo de programa incrementa as relações bilaterais no meio acadêmico e a divulgação da ciência, tecnologia e cultura brasileiras no país envolvido.
- d) Programas de Formação Interinstitucional: é o intercâmbio acadêmico de estudantes e/ou professores/pesquisadores de pós-graduação para qualificação dos programas de pós-graduação das instituições brasileiras.

O século XX (século da universidade) foi transformado pelo ensino superior. Acabou por atingir diversos países e grupo sociais do mundo produzindo

comportamentos e influenciar concepções sociológicas. No século XX foi registrado por grandes avanços nos diversos campos sociais. Nessa época, propriamente na segunda metade, a universidade vivenciou um notável crescimento, seja em áreas tradicionais seja nos novos países (ROSSATO, 2005).

2.4.1 Mobilidade acadêmica

O modo de cooperação entre os países e as relações das instituições de ensino superior quer seja de forma interna ou externa, modificaram-se com o deslocamento dos eixos de poder do mundo. Com isso, foi necessário que as empresas, os governos, as instituições e as pessoas passassem a adotar em seus conhecimentos o planejamento para o futuro. Em consequência, foi ampliada a missão da universidade, instituição produtora e socializa conhecimento científico, o vetor de qualificação e expansão da manutenção das suas atividades favorita (STALLIVIERI, 2002).

[...] Preparar cidadãos do futuro para um mundo interligado e interdependente requer um sistema de educação superior cujo processo de internacionalização permita o conhecimento direto e o respeito pela diversidade cultural, promovendo, acima de todos os conceitos, o entendimento e o respeito pela multiplicidade de valores e a tolerância entre os povos” (STALLIVIERI, 2002, p. 4).

Esta internacionalização assume diferentes roupagens: mobilidade acadêmica de estudantes de graduação, pós-graduação e de docentes, bem como de pessoal técnico administrativo, colaboração ou desenvolvimento conjunto de pesquisas, delimitação de projetos internacionais de desenvolvimento em educação superior, internacionalização de currículos ou estruturas curriculares em programas e cursos gerais ou de disciplinas específicas – e no caso extremo a dupla titulação, a cooperação interinstitucional e a da prestação de serviços educacionais (estabelecimento de filiais de faculdades/ universidades no exterior ou redes transnacionais de instituições de ensino superior) (VAN DAMME, 2001; KNIGHT, 2004).

A forma mais conhecida da internacionalização é certamente o aumento da mobilidade de estudantes no exterior. Alunos itinerantes são, naturalmente, um fenômeno muito antigo e certas regiões do mundo têm uma longa experiência com

eles. Os afluxos de estudantes nos países europeus são normalmente das suas antigas colónias. Há um número considerável de estudantes latino-americanos que procuram obter o curso de pós-graduação em universidades norte americana. (VAN DAMME, 2001).

A mobilidade internacional de estudantes e acadêmicos, bem como pesquisa colaborativa e iniciativas de educação estão sendo vistos como maneiras produtivas para desenvolver a aproximação geopolítica e relações económicas. Tem havido uma mudança definitiva de alianças para fins culturais para fins econômicos. Isto é especialmente verdadeiro no nível regional onde os países estão tentando alcançar alianças econômicas e políticas mais fortes com os vizinhos através do aumento das suas atividades de educação internacional em uma base regional. O desenvolvimento de alianças estratégicas através da internacionalização da educação pós-secundária é, portanto, visto como uma maneira de desenvolver uma cooperação mais estreita bilateralmente ou regionalmente para ganhar uma vantagem competitiva (Knight, 2004, p. 23).

A antiguidade clássica, já dispunha de escolas tida como de alto nível no ocidente principalmente na Grécia e Roma com o objetivo de formar especialistas nas áreas de medicina, filosofia, retórica e direito onde o conhecimento era transmitido de forma zelosa do mestre para o discípulo. Esse processo de “ensino superior” foi interrompido pelas invasões tumultuosas dos Bárbaros entre os séculos V e X, mas foi a partir do final da idade média e a reforma onde propriamente nasce a universidade identificando-se com a sua sociedade e cultura tornando-se efetivamente o órgão de elaboração do pensamento medieval. A Igreja Católica desse tempo é a responsável pela unificação do ensino superior em um só órgão, a "universidade", isto ocorre como resultante de todo um esforço da Igreja no sentido de fundamentar a sua ação política e religiosa, enquanto preparava seus quadros, o clero especificamente (LUCKESI, 1998).

Conforme afirma Stallivieri (2002) o surgimento das universidades foi uma das importantes colaborações trazidas pelo período da Idade Média onde as “*Universitas*”, instituições formadas por comunidades nas quais “*magistri*” e estudantes de todas as partes da Europa participavam em condições de igualdade e usufruíam, praticamente, os mesmos privilégios e direitos. As universidades dessa época consideravam-se como internacionais e seus estudantes deslocavam-se de diferentes nações para tratar das questões do conhecimento, o que contribuía para a glória e honra da universidade. Mesmo que, nem sempre o caráter internacional

garantissem a harmonia e a paz, a presença dos estrangeiros, sem discriminação em relação aos nativos, garantia prestígio às instituições.

[...] a universidade constitui-se em um universo cultural, que abriga a universalidade e a multiplicidade de visões de mundo, posições filosóficas, tendências políticas e científicas, enfim, diferentes modos de pensar dos seres humanos, oriundo de diferentes partes do planeta (STALLIVIERI, 2002, p. 36).

Segundo Charles e Verger (1996) na sua obra intitulada histórias da universidade relata que os estudantes se deslocavam em grande escala da Europa Central (aproximadamente 1.374 km) para as universidades italianas (Pádua, Bolonha, Siena) e em menor escala para as universidades francesas (Paris, Montpellier, Orleans) para desenvolver os seus estudos e visitar sucessivamente várias universidades e colando grau durante o seu retorno.

O que gerava essa mobilidade durante a Idade Média, primeiramente, era à busca de novos conhecimentos, de novas descobertas em diferentes partes do continente. Mas, muito fortemente, surgia “ao lado dos estudos visados, a viagem em si - à experiência existencial, a ocasião de visita de um valor educativo próprio” (STALLIVIERI, 2002).

A cooperação internacional ocorre de diversas formas entre as Universidades, principalmente através da mobilidade de estudantes, gestores e professores. A mobilidade acadêmica é um processo que ocorre quando um estudante de uma instituição de nível superior realiza estudos em outra instituição, possibilitando que estes estudos sejam reconhecidos em sua instituição de origem. Neste caso, estudantes de um país realizam estudos em instituições de outros países, principalmente em Universidades conveniadas às suas, para complementação de seus estudos, possibilitando, inclusive o conhecimento prático de novas culturas (CENERINO; SILVA, 2008, p. 3).

As instituições devem tomar a iniciativa de mobilidade acadêmica segundo Bogo (2009) e não somente reagirem diante das forças externas resultantes da globalização; conceber a mobilidade acadêmica como parte integrante das suas missões institucionais e, portanto, devem criar mecanismos e estruturas apropriadas para promovê-la e organizá-la. Ele ainda traz os agentes ou atores da mobilidade acadêmica:

- Atores internos: equipe acadêmica (professores, alunos, pesquisadores) e equipe administrativa (gestores)

- Atores externos: a) agências de fomento (Capes, CNPq, Fundações, DAAD, *Edufrance*, *British Council*, *Fulbright*, *Campus France*); b) organismos internacionais (ONU, OEA, BID); c) governos nacionais e estrangeiros (MEC, MRE, MCT); d) instituições de educação superior (programas próprios).

O convênio internacional é um instrumento utilizado para formalizar a parceria entre duas ou mais instituições de países diferentes. Através dele as Universidades manifestam a intenção de desenvolver projetos conjuntos e promover o intercâmbio de estudantes, professores e técnicos, buscando a troca de experiências e informações. Também abrange outros tipos de cooperação além do intercâmbio, como formação de estudantes e professores, cursos de extensão e pós-graduação em conjunto, desenvolvimento de projetos, redes de cooperação, publicação de trabalhos e outras atividades que podem ser desenvolvidas para o benefício das instituições participantes do convênio (CENERINO; SILVA, 2008, p. 4).

De acordo com a declaração feita pela UNESCO em 1998, os líderes das instituições de ensino superior, com o apoio de todos os membros da comunidade acadêmica, devem desenvolver políticas e programas institucionais de mobilidade acadêmica clara. Os programas deverão estar integrados à vida da instituição e gozar de financiamentos adequados provenientes de fontes internas e externas.

2.5 PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA A INSERÇÃO SOCIAL

Para muitos imigrantes, chegar num país onde os valores culturais são totalmente diferentes com o da origem, a linguística, as características étnicas poderão ser diferentes das suas e onde as crenças religiosas praticadas torna-se uma heresia ao país de destino leva o imigrante a enfrentar de forma consciente ou não qualquer situação na sua firmamento no país de acolhimento (FONTES, 2010).

A *European Council on Refugees and Exiles* – ECRE (2002) considera a integração como um processo de mudança:

Quadro 3 – Integração como um processo de mudança

Dinâmica e que funciona em dois sentidos	Coloca exigências simultaneamente às sociedades de acolhimento e às comunidades/populações envolvidas. Da perspectiva dos imigrantes, a integração requer uma preparação com o objetivo de se adaptarem aos estilos de vida da sociedade de acolhimento, sem perderem a sua identidade cultural. Do ponto de vista da sociedade de acolhimento, requer que as instituições públicas tenham vontade de
--	---

	mudar face aos novos perfis da população a quem prestam serviços, aceitando os imigrantes como parte da comunidade, implementando ações que facilitem o acesso destas populações aos recursos existentes e aos processos de tomada de decisão.
Em longo prazo	De uma perspectiva psicológica, muitas vezes é um processo que começa com a chegada do refugiado ou do imigrante ao país de acolhimento e que termina quando este se torna um cidadão ativo dessa sociedade do ponto de vista legal, social, económico, educacional e cultural.
Multidimensional	Relaciona-se com as condições que o refugiado e o imigrante encontram para a sua participação e para a participação que efetivamente têm na vida económica, social, cultural, civil e política do país onde vive. Relaciona-se ainda com a sua percepção relativamente à aceitação da sociedade de acolhimento quanto a essa participação e possibilidade de ser um membro ativo na sociedade.

Fonte: ECRE (2002.)

Filosoficamente a ideologia inclusiva se fundamenta no reconhecimento e aceitação da diversidade, na vida em sociedade. Isto quer dizer a garantia do acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente da singularidade de cada indivíduo e/ou grupo social. O artigo 5º da Constituição Federal Brasileira acarreta como fundamental, dentre outros, o princípio da igualdade, quando afirma no seu caput que “todos são iguais perante a lei”, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (DUTRA; GAYER, 2015).

Neste caso, é de suma importância trazer ao conhecimento da população sobre alguns dos princípios que fazem a legislação constitucional sobre a inclusão, reconhecimento, pluralidade, prevenção e outros aspectos para o imigrante. A Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 na seção II dos princípios de garantias do Art. 3º da política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes (BRASIL, 2017):

- I - universalidade, indivisibilidade E interdependência dos direitos humanos;
- II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
- III - não criminalização da migração;
- V - Promoção de entrada regular e de regularização documental;

- VII - desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil;
- IX - Igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;
- X - Inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;
- XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante;
- XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante;
- XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas;
- XV - Cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante;
- XXI - promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei;

Hoje em dia as dificuldades são encaradas como algo comum e generalizado, porque isso reduz a cicatriz do fracasso e pode empurrar para a busca de soluções. Valoriza-se a capacidade de ultrapassar as dificuldades por intermédio de iniciativas pessoais e de atividades alternativas, o que quer dizer esforço redobrado. Nesta busca, as atividades se fragmentam e diversificam, com perdas evidentes e, ao mesmo teoricamente, com ganhos possíveis em liberdade para a organização do tempo e para a vida pessoal, além de maior possibilidade de escolha, sempre que as mudanças sejam vividas sem grandes traumas psicológicos (GENTILI; FRIGOTTO, 2002).

2.6 MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho é uma expressão utilizada para se referir as formas de trabalho que possam existir, sendo remunerados de alguma forma, seja trabalho manual ou intelectual. As pessoas vendem sua força de trabalho por um salário, que pode ser em dinheiro, moradia, bonificação, ou outra forma de recompensa pelo trabalho exercido. O Mercado de Trabalho é composto pelas ofertas de oportunidades de trabalho oferecidas pelas diversas organizações. Toda organização, na medida em que oferece oportunidades de trabalho, constitui parte integrante de um Mercado de Trabalho (SILVA, 2014; SAVI, 2016).

Nesses últimos anos, a frequência dos imigrantes no mercado de trabalho formal vem crescendo de forma surpreendente no Brasil, e com a

disponibilidade desses trabalhadores, o mercado procura concentrar essa população para atuar nas atividades qualificadas quanto naquelas que exigem pouca qualificação. A origem desses imigrantes tende a ser cada vez mais diversificada em função geográfica, sociais e culturais (ALMEIDA, 2014).

O destaque da economia Brasileira e o desenvolvimento do café no século XIX fez com que os fazendeiros dessa época contratassem mão de obra estrangeira para trabalhar nas suas terras, sendo assim, os governos provinciais e o governo do império teriam que formular políticas oficiais de imigração com o objetivo de disponibilizar mão de obra para trabalhar na produção de café (FIGUEIREDO, 2016).

Diferentemente dos fluxos imigratórios do século XIX e princípios do século XX, em que os imigrantes originários do norte global eram incentivados e financiados pelo governo brasileiro porque tinha a função de “ocupar” territórios e de “branquear” o país, na atualidade o mercado de trabalho brasileiro vem recebendo também imigrantes provenientes do hemisfério sul (haitianos, colombianos, senegaleses, peruanos e bengalis) (CAVALCANTI, 2014, p. 13).

A seguir, verifica-se na tabela 1 as concessões de visto de trabalho concedido aos imigrantes segundo sexo no período compreendido entre 2011 e 2015 pelo Conselho Nacional de Imigração formando um total de 58.132 autorizações (CAVALANTI; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2016).

Tabela 1 Número de autorizações concedidas, segundo sexo, Brasil 2011-2015

Sexo	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Masculino	1.079	4.652	2.503	3.868	28.697	40.799
Feminino	371	1.114	794	600	8.117	10.996
Não Informado	-	-	-	-	6.337	6.337
Total	1.450	5.766	3.297	4.468	43.151	58.132

Fonte: Conselho Nacional de Imigração/Ministério do Trabalho (2011-2015)

Esse procedimento revela que os homens têm maior número de autorização de visto de trabalho concedido pelo estado Brasileiro, embora que a das mulheres esteja em crescimento. A tabela a seguir apresenta as principais nacionalidades dos migrantes que receberam autorizações do Conselho Nacional de Imigração (CAVALANTI; OLIVEIRA; ARAÚJO; TONHATI, 2016).

Tabela 2 Número de autorizações concedidas, segundo principais países, Brasil 2011-2015

Países	2011	2012	2013	2014	2015	Total
República do Haiti	708	4.825	2.069	1.890	41.632	51.124
Bangladesh	-	1	46	1.188	706	1.941
Senegal	1	-	88	320	345	754
Portugal	52	75	108	77	14	326
Espanha	55	67	75	44	9	250
Reino Unido	42	50	60	24	10	186
Gana	-	-	3	140	5	148
Guiné Bissau	-	2	3	59	69	133
Colômbia	15	25	19	22	52	113
República Dominicana	3	1	2	32	84	122
México	14	14	47	16	25	116
Paquistão	-	-	20	77	12	109
Alemanha	21	28	32	17	6	104
Angola	4	6	9	31	42	92
Cuba	9	13	12	17	35	86
Venezuela	5	13	18	5	7	48
Argentina	3	1	18	18	7	47
Mongólia	-	1	8	2	9	20
Bulgária	3	-	5	2	5	15
Outros	515	625	653	487	68	2348
Não informado	-	19	2	-	9	30
Total	1450	5766	3297	4468	43151	58.112

Fonte: Conselho Nacional de Imigração/Ministério do Trabalho (2011-2015)

Como foi verificado, em primeiro lugar estão os haitianos na série histórica de 2011 – 2015 formando um total de 51.124 autorizações (88% do total).

Apesar da crise econômica que se instalou no país com mais vigor no ano de 2015, chegando a reduzir os postos de trabalho formal para os nacionais, o volume de estrangeiros com vínculos formais aumentou entre 2014 e 2015, 3 processo atípico quando comparado às outras experiências internacionais, em que, geralmente, os imigrantes são os primeiros a serem demitidos em situações de perda de dinamismo econômico (OLIVEIRA, 2016, p. 60).

Esse aumento de expedição concedido para os migrantes haitiano foi por intermédio do reconhecimento do Estado Brasileiro em conformidade do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país, em 12 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2015).

Com isso, faz-se mister uma observação específica para os cidadãos haitianos.

2.6.1 Dificuldades na procura de emprego

A discriminação nas sociedades humanas é prática tão disseminada quanto nefasta. Onde existe a diferença, existem indivíduos cujas vidas são prejudicadas por pertencerem a um ou outro grupo que foge a determinadas normas. Essas normas podem ser a cor da pele, a opção sexual, a religião, o sexo, a origem social ou quase qualquer outra marca que se impõe aos indivíduos. A discriminação existe em todos os continentes, em inúmeros países, em muitas línguas e em várias culturas. Trata-se de prática quase universal (SOARES, 2000).

Por tanto, “o migrante tem o acesso igualitário e livre aos serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social”, segundo a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 Art. 3º-XI (BRASIL, 2017).

2.6.2 Causas da procura de emprego

Nos últimos anos, o Brasil vem vivendo uma intensificação processual de flexibilização do trabalho, o que gera graves impactos na mão-de-obra. Destes, um dos principais refere-se à empregabilidade dos indivíduos (capital humano, cultural e social). Tal assunto é fonte de amplos debates, em função principalmente de não haver consenso sobre o que realmente determina o acesso dos indivíduos ao emprego no país (HELAL, 2007).

Nas duas últimas décadas do século passado, no Brasil verificou-se uma grande perda de trabalhadores para o restante do mundo, certifica-se que a participação do país no fenômeno das migrações internacionais é caracterizada por movimentos tanto de atração como de expulsão de população. (CAMPOS, 2011).

A partir do início do governo “Lula” foi aplicada medidas de recepção de imigrantes onde levou o país no destaque internacional com ênfase no desenvolvimento do setor econômico e uma das potências emergentes na capacidade de promover mudanças nas relações com diversos atores mundiais. Isso fez com que a nova postura adotada passasse a atrair a atenção não apenas de

empresas multinacionais, mas também de trabalhadores de diversas regiões do planeta (PAIVA, 2014; FIGUEREDO, 2016).

2.7 CAUSAS DA PROCURA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Quando se trata de desenvolvimento social e econômico, importa considerar o grau de escolaridade que está sendo utilizada. As políticas de incentivo ao ingresso no ensino superior são ferramentas criadas pelo governo para satisfazer as necessidades do mercado de trabalho, na qual estão diretamente ligadas com a expansão do desenvolvimento econômico e social (ANTONIO, 2013).

Dessa forma, a visão corrente é a de que devemos adotar a educação continuada, o que significa que, escolhida a área em que se deseja atuar, devemos buscar constantemente a atualização profissional. Simplificando, podemos dizer que a educação continuada é a constante procura por qualificação e capacitação (TAKEI, 2017).

A formação continuada é importante para o aproveitamento das possibilidades que surgirão no campo profissional. Mesmo estando inserido no mercado, o trabalhador deve ser incansável na busca por novos conhecimentos que lhe proporcionarão o domínio de novas técnicas como também o alcance de melhores cargos nas organizações. O trabalhador deve aliar conhecimento e competência com dedicação e entrega profissional o que indica a geração de uma carreira sólida. Contudo, a formação continuada garante: a) Atualização profissional; c) Aumento da empregabilidade; d) Aumento salarial (satisfação das urgências materiais); e) Ampliação dos contatos profissionais (network) (ANTONIO, 2013, p. 1).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO

Neste capítulo, foram apresentados os procedimentos metodológicos usados para a realização e consolidação desta pesquisa e os tipos de pesquisas de acordo com seus objetivos. O conhecimento científico faz-se necessário a escolha de método adequado para o alcance de respostas ao problema formulado e para obtenção dos objetivos propostos.

A utilização da metodologia traz uma transparência no que tange o conhecimento da ciência (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Procedimento metodológico é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar objetivos e conhecimentos avaliados e verdadeiros, traçando um caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas (MARCONI; LAKATOS, 2010).

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa tem como objetivo buscar soluções para problema. De modo geral, como toda atividade racional e sistemática, a pesquisa exige que as ações desenvolvidas ao longo de seu processo sejam efetivamente planejadas. Entretanto, concebe-se o planejamento como a primeira fase da pesquisa que envolve a formulação do problema, a especificação de seus objetivos, a construção de hipóteses, a operacionalização dos conceitos, etc. (GIL, 1996).

“O Planejamento de pesquisa é o processo sistemático mediante o qual se pode definir com maior eficiência à investigação para um determinado prazo alcançar o conjunto das metas estabelecidas” (GIL, 1996. p. 21).

Entende-se como delineamento da pesquisa, a parte inicial de um trabalho científico, a parte de planejamento da pesquisa que envolve tanto a diagramação quanto a coleta de dados na qual a sua função é de possibilitar que novos pesquisadores executem a mesma pesquisa e possam chegar às mesmas conclusões (CALAIS, 2010; GIL, 2008).

3.2 TIPOS DE PESQUISAS

As classificações das pesquisas variam segundo a perspectiva de cada uma, como por exemplo, numa visão científica, a pesquisa pode ser biológica, médica, físico-química, histórica, social etc. (ANDRADE, 1999).

A pesquisa descritiva procura descobrir, com precisão possível a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo formado isoladamente como de grupos e comunidade mais complexas e os estudos exploratórios, é normalmente, o passo inicial do processo de pesquisas pela experiência e auxílio que traz na formulação de hipóteses significativa para posteriores pesquisas (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 49).

Do ponto de vista dos objetivos referentes aos procedimentos de investigação, a pesquisa foi classificada como exploratória e descritiva:

- ❖ Descritiva porque terá a finalidade de descrever/registrar a inserção dos estudantes angolanos na cidade de Criciúma.
- ❖ Exploratória, no sentido de familiarizar-se com o problema com vistas a torná-lo explícito, com finalidade de ampliar o conhecimento nessa área.

Quanto aos meios de investigação mais adequados, será classificada como uma pesquisa bibliográfica e de campo com uma abordagem qualitativa.

Quanto a esses procedimentos, o autor Silvio (2002, p. 42) afirma que:

- A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a base de fontes secundárias, ou seja, com material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos;
- Pesquisa de campo, tipicamente focaliza uma comunidade que não necessariamente geográfica, já que pode ser de comunidade de trabalho, estudo, de lazer ou voltada a qualquer outra atividade humana.

A abordagem qualitativa possui a qualidade de descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação de opiniões de determinados grupos (OLIVEIRA, 1999).

3.2.1 Definição da área e/ou população-alvo

BARBETTA (2001) divide a população em dois tipos: população alvo e população acessível:

População Alvo é o conjunto de elementos que queremos abranger em nosso estudo. São os elementos para os quais desejamos que as conclusões oriundas da pesquisa sejam válidas. População acessível é o conjunto de elementos que queremos ou podemos abranger por questões de racionalidade física, em nosso estudo e que são passíveis de serem observados, com respeito às características que se pretende levantar.

A pesquisa foi realizada com os estudantes/trabalhadores angolanos de ambos os sexos residentes na cidade de Criciúma que frequentam a Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC para investigar a opinião desses estudantes sobre as suas experiências vivenciada enquanto imigrante. O tipo de amostra é não probabilística por conveniência que é geralmente aplicado em pesquisa exploratória ou qualitativa. Foram identificados 131 estudantes na cidade e matriculados na universidade do extremo sul catarinense.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a delimitação da pesquisa visa estabelecer limites à investigação, entretanto, a pesquisa pode ser limitada em relação ao assunto, à extensão e a uma série de fatores. Neste caso, a pesquisa será realizada na cidade de Criciúma, endereçada no estado de Santa Catarina – Brasil.

Quadro 4 - Estruturação da população – alvo

Objetivos	Período	Extensão	Unidade de amostragem	Elemento
Identificar a participação dos Angolanos nos setores de estágios e/ou trabalho;	Setembro de 2017	Criciúma, SC	Estudantes angolanos da Unesc	Estudantes residentes após 2006 dos 18 aos 30 anos
Mapear as dificuldades na procura de emprego;				
Identificar as causas da procura de emprego;				
Verificar as causas da procura de formação profissional;				
Levantar a participação dos estudantes Angolanos e residentes nos setores produtivos.				

Verificar o que dispõe a legislação a respeito da condição de trabalho para estudantes estrangeiros				
---	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo acadêmico (2017)

Dentre os elementos do planejamento da pesquisa está à amostragem, e a técnica utilizada para a pesquisa foi à técnica de amostragem não probabilística por conveniência. Neste tipo de amostragem, a técnica ocorre como o próprio nome já demonstra através da conveniência do pesquisador e na maioria das vezes os entrevistados são escolhidos porque estão no lugar certo e na hora certa (MALHOTRA, 2005).

3.2.2 Plano de coleta de dados

São vários os procedimentos utilizados para a realização de coleta de dados, que variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação. A elaboração ou organização dos instrumentos de investigação não é fácil, necessita de tempo, mas é uma etapa importante no planejamento da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Um questionário é um conjunto formalizado de perguntas para obter informações do entrevistado. O questionário deve traduzir a informação desejada em um conjunto de perguntas específicas que o entrevistado esteja disposto e tenha condições de responder (MALHOTRA, 2005).

Serão utilizadas como técnicas e procedimentos para a coleta de dados um questionário para a efetivação da entrevista e a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo.

Seguindo a ideia de Roesch (2009), os dados da pesquisa serão oriundos dos dados primário e secundário. A base de dados primários porque serão compilados na ocasião com o objetivo de atender as necessidades específicas da pesquisa a partir dos resultados da aplicação do questionário. E dados secundários porque já foram transcritos de fontes primárias, ou seja, já coletadas, analisada em certas circunstâncias, tabulada e ordenada como publicações e documentos oficiais.

3.2.3 Plano de análise de dados

Para obtenção de dados, será utilizado como ferramentas o Excel para a elaboração de gráficos e tabulação dos dados com medida de frequência. A interpretação e análise dos dados seguem a abordagem qualitativa.

3.2.4 Síntese dos procedimentos metodológico

Quadro 5 - Síntese dos procedimentos metodológico

(continua)

Objetivos específicos	Abordagem da pesquisa	Tipo de pesquisa quanto aos fins	Meios de investigação	Classificação dos dados da pesquisa	Técnicas de coleta de dados	Procedimentos de coleta
Identificar a participação dos Angolanos residentes nos setores de estágios e/ou trabalho	Qualitativa	Exploratória e Descritiva	Pesquisa de campo	Primário	Questionário	Via google forms
Mapear as dificuldades na procura de emprego	Qualitativa	Exploratória e Descritiva	Pesquisa de campo e bibliográfica	Primários e Secundário	Questionário	Via google forms
Identificar as causas da procura de emprego;	Qualitativa	Exploratória e Descritiva	Pesquisa de campo e bibliográfica	Primário e Secundário	Questionário	Via google forms

Quadro 5 - Síntese dos procedimentos metodológico

(conclusão)

Objetivos específicos	Abordagem da pesquisa	Tipo de pesquisa quanto aos fins	Meios de investigação	Classificação dos dados da pesquisa	Técnicas de coleta de dados	Procedimentos de coleta
Verificar as causas da procura de formação profissional;	Qualitativa	Exploratória e Descritiva	Pesquisa de campo	Primário	Questionário	Via <i>google forms</i>
Levantar a participação dos estudantes Angolanos e residentes nos setores produtivos	Qualitativa	Exploratória e Descritiva	Pesquisa de campo e bibliográfica	Primário e Secundário	Dados Secundários e Questionário	Via <i>google forms</i>
Verificar o que dispõe a legislação a respeito da condição de trabalho para estudantes estrangeiros	Qualitativa	Exploratória e Descritiva	Pesquisa bibliográfica	Secundário	Dados Secundário	Pessoalmente

Fonte: elaborado pelo acadêmico (2017)

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos por meio da coleta de dados junto aos estudantes estrangeiros de nacionalidade angolana matriculados nos cursos de graduação na Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. O questionário foi aplicado via *e-mail* pela plataforma *Google*. O questionário foi enviado sem restrições de curso a toda comunidade angolana formando um total de 131 estudantes residentes na cidade. Não foi difícil encontrar os *e-mails* dos estudantes, pois foi com ajuda da base de dados do Setor das Relações Internacional – IRO da UNESC e a Associação dos Angolanos em Criciúma que também faz parte dessa universidade.

Do total de 131 questionários aplicados, apenas obteve-se um retorno de 26 questionários respondidos, sendo uma limitação da pesquisa. No entanto, tal limitação não invalida os resultados pela abordagem qualitativa da pesquisa. A seguir está uma análise detalhada de cada ponto questionado, levando-se em consideração os objetivos específicos da pesquisa.

4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES

O primeiro tópico identificado na pesquisa foi sobre análise do perfil socioeconômico dos estudantes, na qual responderam o questionário um total 26 pessoas sendo 17 homens e 9 mulheres. Com base nos resultados da pesquisa, foi possível compreender os seguintes perfis sociais dos estudantes:

Quadro 6 – Perfil social dos estudantes

Questões	Resultados	
	M	F
Sexo	65%	35%
Faixa Etária	Dos 18 aos 25 anos	Dos 26 aos 35 anos
	77%	23%
Estado Civil	Solteiro	União Estável
	96%	4%
Mora Sozinho?	Sim	Não
	35%	65%
Possui Filho?	Sim	Não
	19%	81%
Tem parentes no Brasil	Sim	Não
	42%	58%

Fonte: elaborado pelo autor (2017)

Conforme observado no Quadro 6 com base dos respondentes da pesquisa, maioritariamente dos estudantes angolanos na cidade de Criciúma são do gênero masculino com uma percentagem de 65% e 35% do gênero feminino. A faixa etária dos mesmos é compreendida entre 18 aos 35 anos de idade. Mas com o destaque maior nas idades compreendida entre 18 aos 25 com uma percentagem de 77%.

Quanto à convivência, 65% dividem a casa com outros amigos ou familiares, e 35% moram sozinho. As maiorias dos respondentes moram com mais estudantes, ou seja, dividem a casa com amigos ou amigas representando 80% e 13,30% moram com os seus irmãos/irmãs e outros 6,70% não responderam.

Ao se tratar de moradia ou ocupação residencial, maioritariamente residem em moradia compartilhada com outros estudantes. Outros procuram alojamento em outras dependências como apartamento depois de longo tempo de convivência na cidade com os outros estudantes. Conforme a coleta, será verificado o quadro sobre a distribuição do perfil dos estudantes de forma socioeconômica no país de origem.

Quadro 7 Distribuição socioeconômica

Naturalidade		
Luanda	Cabinda	Uíge
69%	27%	4%
Renda Mensal		
De R\$ 768,00 a 1.624,00	De R\$ 1.625,00 a 2.704,00	
65%	12%	
De R\$ 2.705,00 a 4.851,00	De R\$ 4.852,00 a 9.253,00	
19%	4%	
Membros na Família		
3 a 5 filhos	6 a 8 filhos	9 a 12 filhos
46%	42%	12%

Fonte: elabora pelo autor (2017)

Os estudantes provenientes da província de Luanda formam a maioria na pesquisa com 69% a seguir os da província de Cabinda com 27%. Quanto aos membros da família, o predomínio está na assertiva 3 a 5 membros com 46% e 42% para 6 a 8 membros na família, e apenas 12% para 9 a 12 membros sendo três pessoas a responder. A renda mensal familiar dos respondentes varia entre os R\$ 768,00 a 9.253,00. Apenas um respondeu na variante de R\$ 4.852,00 a 9.253,00. Maioritariamente (17 respostas), a renda familiar é de R\$ 768,00 a 1.624,00.

Com isso, é possível concluir com base nas respostas obtida na pesquisa, que os que mais buscam formação superior fora de Angola são jovens solteiros com a idade compreendida entre os 18 aos 25 anos de idade residentes na cidade de Luanda na sua maioria e Cabinda, com uma renda mensal de R\$ 768,00 a 4.851,00 e em termos de moradia, compartilham a casa de aluguel com os demais amigos e no decorrer do tempo preferem residir sozinhos.

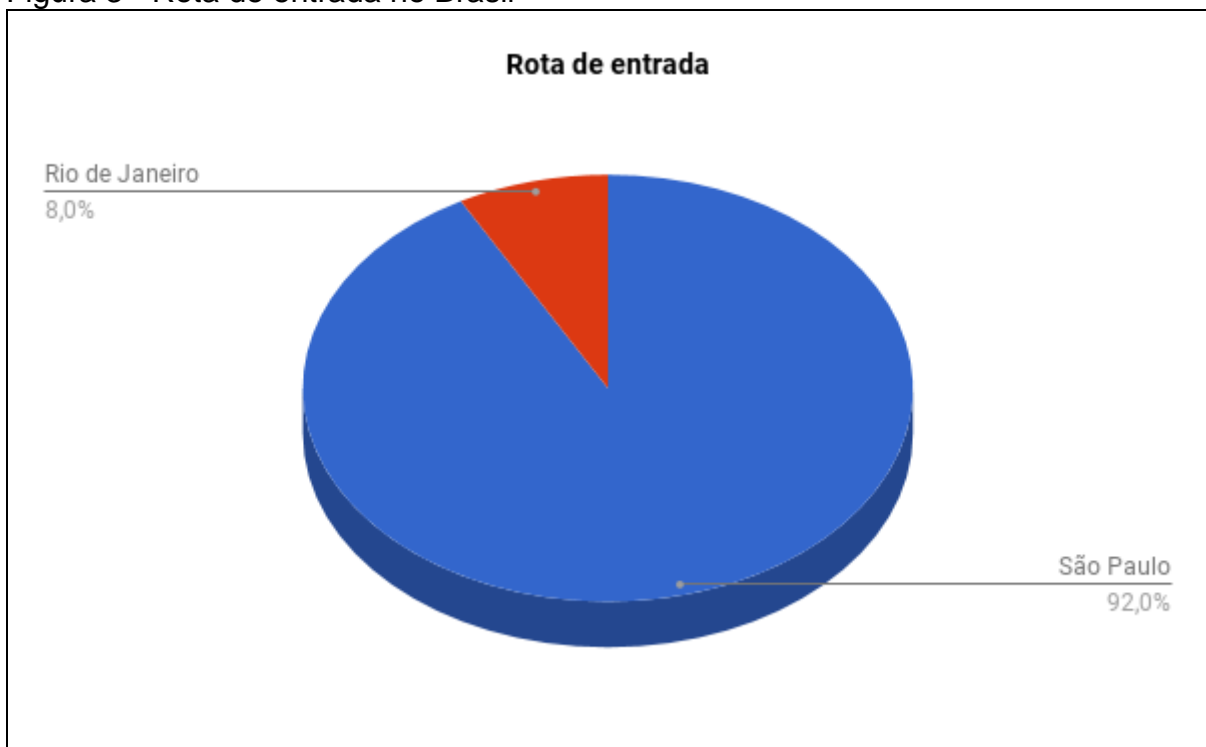
4.2 A FIXAÇÃO DE MORADIA NO BRASIL

Os primeiros angolanos a chegarem à cidade de Criciúma foram por intermédio de bolsa de estuda das instituições de Angola em 2006, cooperação esta com a Universidade do Extremo do Sul Catarinense. Mas foi em agosto de 2014 que teve um grande fluxo de estudantes angolanos na cidade de Criciúma formando

um total de 71 bolsistas. Atualmente a estadia dos estudantes varia entre um mês a sete anos².

A rota de entrada vincula-se na facilidade de acesso ao transporte que permite a entrada no espaço Brasileiro (FARIA, 2012). Por conseguinte, a escolha da rota de entrada ao país de destino está vinculada com a imagem que esse país apresenta ao mundo³, e é nesse contexto que será verificado segundo a coleta de dados às preferências de rota dos estudantes angolanos na vinda ao Brasil.

Figura 3 - Rota de entrada no Brasil



Fonte: elaborado pelo autor (2017)

Consoante às rotas e os meios mais sofisticados que os estudantes angolanos usam para a entrada no estado Brasileiro, é o transporte aéreo, embora que alguns dos brasileiros acreditam que os angolanos usam os meios de transporte marítimo como via de passagem/entrada relacionando com alguns dos imigrantes que entram no país legal ou ilegalmente via marítima ou fluvial. Na Figura 4 pode-se verificar o tamanho da distância em horas entre os dois países.

² Segundo as informações disponibilizadas pelo setor das Relações Internacionais da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

³ Deve-se considerar que existem apenas essas duas rotas de entrada em qualquer parte entre Angola e Brasil.

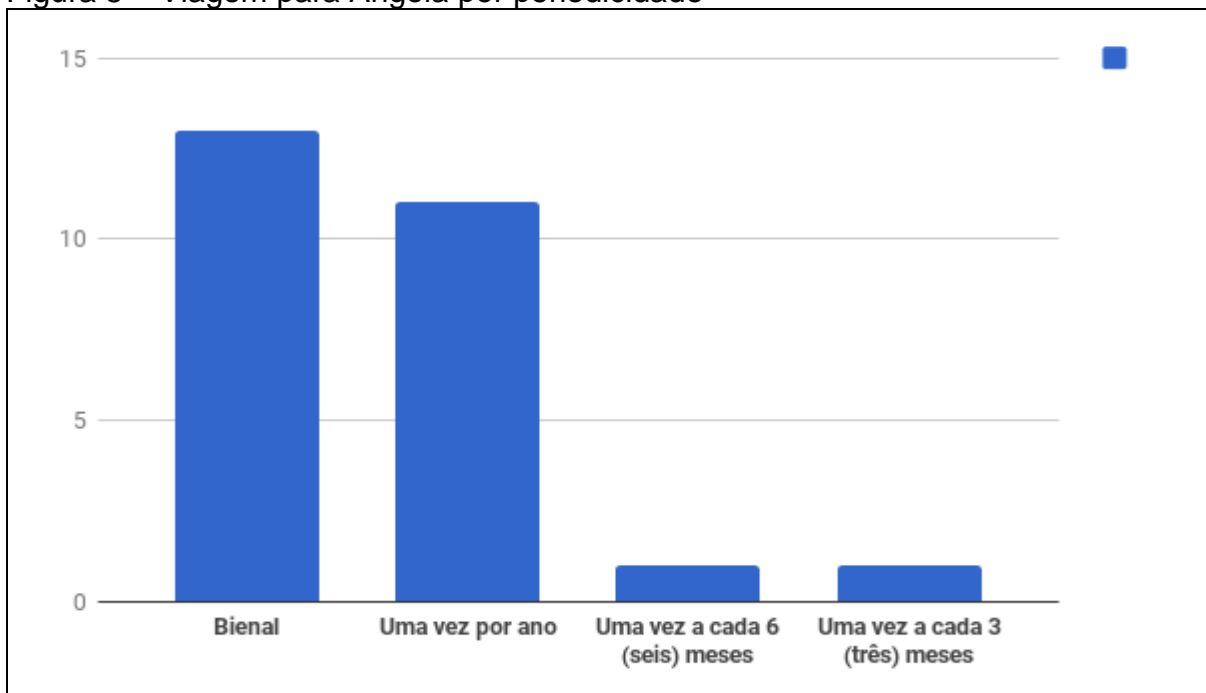
Figura 4 – Rota de entrada dos angolanos no Brasil via São Paulo



Fonte: Google maps (2017)

Dentre as duas rotas de viagem (de voo), a mais dispendiosa é a do Rio de Janeiro com um tempo de 10h e 35 minutos com conexão e a de São Paulo duram 8 horas sem escala. Neste caso, podemos afirmar que o estado de São Paulo é a rota principal de entrada no Brasil dos estudantes Angolanos. Na Figura 5 a seguir, iremos observar o intervalo de tempo que os estudantes fazem para viajar no país de origem.

Figura 5 – Viagem para Angola por periodicidade

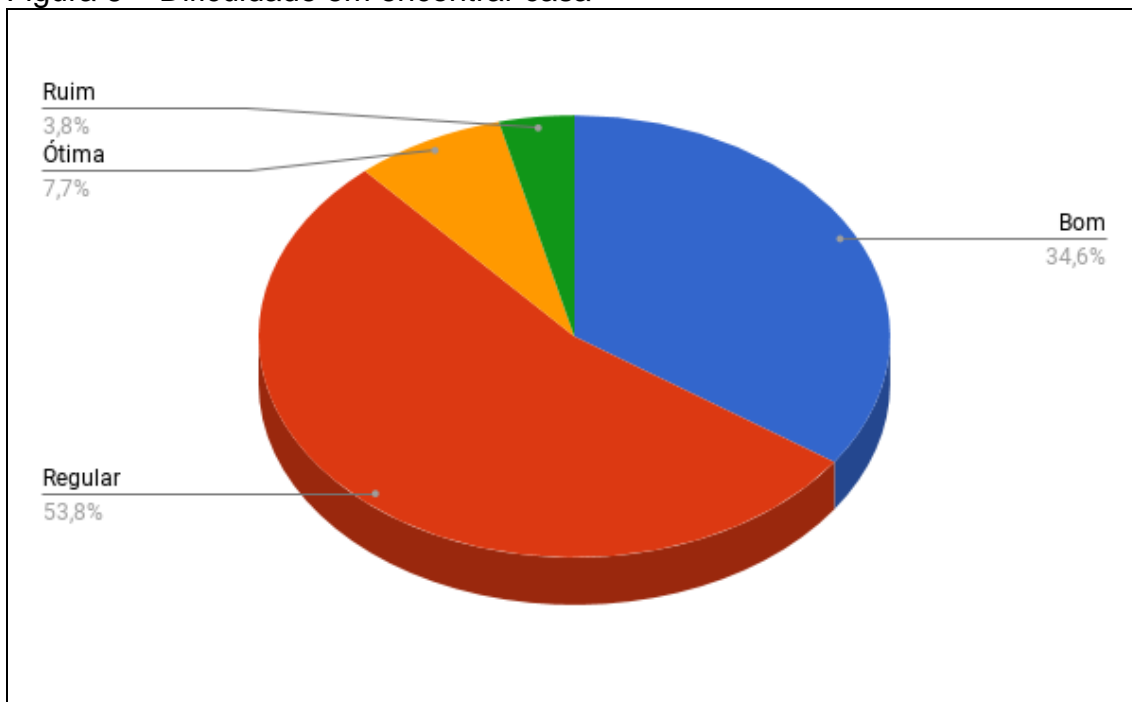


Fonte: elabora pelo autor (2017)

A fração maior da figura é de 50% dos estudantes que retornam ao seu país bienalmente, e 42% uma vez por ano. O custo da viagem varia dependendo do mês, a passagem pode vir a custar entre R\$ 1.500,00 em período de promoção da companhia aérea TAAG a R\$ 3.000,00 na cabine econômica. Isto quer dizer que os estudantes viajam para Angola num período de um a dois anos para visitar os familiares e até em certos casos para tratar possíveis documentos que não conseguiriam tratar no país de destino.

Na figura a seguir, foram apresentados com base nos resultados coletado da pesquisa as dificuldades que os estudantes encontram na busca de uma moradia onde: Bom representa – que não existe dificuldade, Ótimo – que não existe de forma parcial, Regular – que existe dificuldade de forma parcial e Ruim – que existe dificuldade.

Figura 6 – Dificuldade em encontrar casa



Fonte: elaborado pelo autor (2017)

Com base na pesquisa, é possível observarmos que existe um adverso de opinião, 53,8% dos respondentes afirmam que há circunstancia em que esse processo se torna fácil e às vezes difícil. Apenas uma pessoa argumentou que é extremamente difícil encontrar moradia.

Quando questionado sobre as dificuldades de encontrar moradia 2 estudantes responderam da seguinte forma:

“Para alugar uma moradia existe uma grande burocracia, quanto a esse assunto, acaba dificultando alguns estudantes em encontrar moradia num preço acessível e um fiador para assim dar abertura do contrato”.

“É raro aparecer um fiador, e a maioria acabam por alugar casas direto com o proprietário sujeito à insegurança. As locadoras normalmente cobram no mínimo R\$ 10.000,00 para o calção fora o valor fixo do aluguel, e em outros casos são negados no ato de contato com proprietário”.

Contudo, podemos afirmar que os estudantes encontram sim barreiras na busca de moradia, mas é com bastante sacrifício e força de vontade que os estudantes têm buscado meios para obter moradia indo ao encontro de pessoas confiáveis que têm um vínculo de afinidade na igreja, local de trabalho e até mesmo com professores para ser um fiador para não pagar o preço exuberante de entrada, como argumenta um dos respondentes.

4.3 A INSERÇÃO SOCIAL DOS ANGOLANOS NA SOCIEDADE LOCAL

As dificuldades que os estudantes encontram, não passam de um exemplar diário que muitos deles afirmam, pois, as mesmas burocracias enfrentadas nos seus primeiros dias de estadia no estrangeiro continuam, ou seja, as burocracias começam a partir de Angola onde que para conseguir tirar visto é necessário pagar um alto preço e principalmente quando se trata sobre o visto de trabalho ou residência.

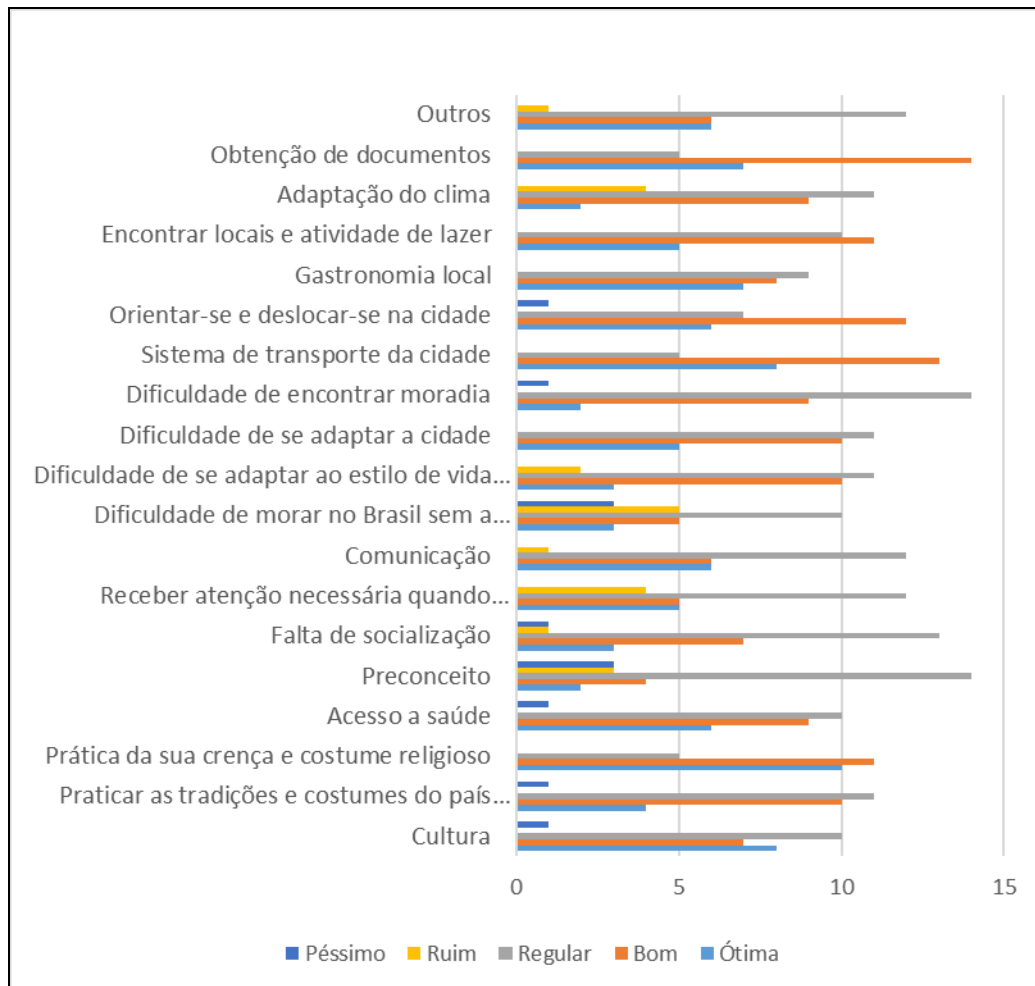
Atualmente, para tirar visto, será necessário mostrar um comprovante de salário no valor de AKZ 400.000,00 (Quatro centos mil Kwanza) que equivale a USD 2.403,20⁴. Para alguns, chega a ser um valor acima dos bolsos dos viajantes, e esse mesmo valor não chega a um ou dois salários mínimos garantido de um trabalhador no país de origem⁵.

⁴ Conversão de moeda do dia 13/11/2017 obtida do Banco Central do Brasil.

⁵ De acordo com o Decreto Presidencial do dia 8 de junho de 2017, atualmente, o salário-base garantido de Angola é de AKZ 16.503,30. Disponível em: <http://www.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/ota2/mjuu/~edisp/-1783286556150617090625.pdf~1.pdf>.

Em seguida foram apresentadas as dificuldades na inserção social na cidade de Criciúma segundo a percepção de cada estudante.

Figura 7 – Dificuldades na inserção social na cidade de Criciúma



Fonte: elaborado pelo autor (2017)

De acordo com a figura 7, será possível evidenciar as respostas dos participantes, mas serão destacados os pontos que mais chamam a atenção da sociedade na inserção social de um estrangeiro.

Quanto ao preconceito, consoante a pesquisa foi verificada que seis respondentes atestaram ter presenciado e/ou passado nesse ato. Criciúma é uma cidade cultural onde encontramos misturas de etnias, é uma região tradicional colonizada por Italianos e que posteriormente recepcionou outras culturas como alemã, polonesa, arábica, africana e portuguesa.

Portanto, do ponto de vista jurídico, uma sociedade que prega a construção diferenciada e não-plural de seus membros, como signo do preconceito,

que admite o acesso particularizado de alguns, seja aos bens materiais, seja aos bens culturais, que dá valoração positiva a desigualdade substantiva de seus membros está fadada a instauração da violência nas suas variantes materiais e simbólicas (BATISTA; BANDEIRA, 2002, p. 121).

Mas não é com isso que a racionalização racial deixa de existir como o preconceito, discriminação e os reflexos da desigualdade implantados em vários os setores da cidade e que consome também partes da instituição de ensino que frequentam. Contudo, trago uma fração da alternativa respondida por um dos estudantes na qual foi questionado sobre o preconceito:

“Preconceito tem bastante aqui com negro que vem de África”.

Na comunicação tem sido regular, as formas de expressões linguísticas e escrita, embora que os dois países foram colonizados por portugueses, mas ainda assim existem alguns percalços para uma boa comunicação e às vezes é necessário o angolano falar com sotaque brasileiro para que seja entendido de forma correta. As expressões linguísticas de certa forma influenciam no acesso à cultura. É certo que a língua é o intermediador cultural na definição da capacidade de uma comunicação tanto para o imigrante como para o nativo (TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2011).

Portanto, os estudantes têm feito grandes esforços para que não haja entraves na comunicação, falar de forma lenta, ou repetir as palavras em certos casos, fazem parte desse processo.

Documentação e acesso a informação, tem sido desgastante aos estudantes na busca de novo e antigos documentos que as entidades jurídicas formulam para o acesso a uma determinada situação, o visto que os estudantes possuem tem a duração de um ano, e para a renovação serão necessários os mesmos documentos solicitados no princípio da estadia e que chega a custar valores para adquirir.

A socialização com os nativos tem sido fortificada a cada dia que passa principalmente com os colegas de sala, as relações com os professores, coordenadores e com a reitoria são bastante estreitas e foi um diferencial conotado pelos angolanos uma vez que em angola ainda é um assunto fechado (dependendo

da pessoa em questão) e que acaba privatizando a interação dentro e fora da universidade.

A inclusão é baseada em uma filosofia que aceita e admite a diversificação na sociedade. Portanto, deve ser assegurado que todos tenham acesso as oportunidades diversas, sem estereótipo de grupo social (MENDES, 2010)

Ainda na socialização, alguns estudantes (tanto angolano como brasileiro) preferem o circuito fechado restringindo a proximidade espontânea, mas “largando mão” a um encontro com qualquer descendente africano e que também procede com o brasileiro.

Nesse contexto, segundo as autoras Lourdes Bandeira e Analía Soria Batista (2002), afirmam que a classe social inclusiva amortecida pelo valor negativo outorgada pela diferença (de raça, cor, sexo, classe, etc.), tem marcado a sociedade brasileira durante séculos, o que sucedeu, segundo o autor Roberto Kant de Lima,

[...] “numa sociedade hierarquizada, em que diferentes segmentos não têm acesso a deveres e direitos e, também, regem suas relações por diferentes códigos de honra. No entanto, como somos uma República, tais diferenças se tornam objeto de estigma, não sendo capazes de despertar sentimento de universal reconhecimento como legítimos códigos de conduta” (LIMA, 1996, p. 166).

Para os estudantes, vendo um compatriota, ou estar diante de um africano, é um pressuposto que intercede para a força motriz no alcance dos seus objetivos. É nesses encontros onde surgem ideias de futuras melhorias, desenvolvimento humano e do país de origem. Apenas 3 dos respondentes afirmaram não ter tido boa socialização com os colegas.

Referente às dificuldades de morar no Brasil distante da família, os estudantes procuram manter de forma regularizada o contato com os familiares e amigos usando vários meios de comunicação, mas 8 deles relataram que não tem sido fácil para eles viverem distante da família principalmente nesse momento em que o país vive. Na adaptação do clima, 43,3% relataram de forma regularizada a adaptação, quatro (15,4%) responderam de forma negativa dizendo que até ao momento não se conformaram com o clima da cidade de Criciúma.

Em Angola existem duas estações: a das chuvas, período mais quente que ocorre entre os meses de setembro a maio, e a do *cacimbo*. A do *cacimbo* ou

seca é menos quente e vai de maio a agosto. As temperaturas do país são de 27°C máxima e 17°C mínima (ANGOLA, 2017).

Para que ocorra a inserção social de qualquer indivíduo ou imigrante, faz-se necessário a introdução e ação de políticas migratória ou pública inclusiva para solicitude de órgãos competentes a margem da sociedade em forma de projetos educativos: conscientização, redução de desigualdade social implantar-se em termos sociais e econômicos. [...] as políticas públicas terão um fator determinante, inclusive para que os imigrantes possam ter mobilidade social ascendente em relação à posição na sociedade de origem (CAVALCANTI, 2014, p. 16).

4.4 A INTEGRAÇÃO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

O ingresso no ensino superior passa a ser uma experiência vivida pelos estudantes, na generalidade dos países e instituições carregados por uma mistura de dificuldades e desafios. As variadas exigências e mudanças acontecem em termos pessoais, sociais e acadêmicas, gerando dificuldades na sua adaptação a instituição. [...] os desafios das novas circunstâncias educativas estão na origem dos reflexos negativos na adaptação, nos obstáculos psicossociais, no aprendizado e no desenvolvimento dos estudantes do primeiro ano (DINIZ; ALMEIDA, 2005).

Por tanto, no sentido de compreender os dados referentes à inserção dos estudantes na instituição de ensino superior e suas escolhas referente ao país de formação, foram questionados antes o porquê da escolha do Brasil, da cidade e universidade em que frequentam onde foram coletadas as seguintes informações

Quadro 8 – Questões sobre a escolha da instituição de ensino e País

O que lhe levou a escolher o Brasil?	Busca de novas oportunidades e saberes. E por ser um país onde a liberdade e direitos humanos são respeitados.
	Porque achei excelente para o curso que escolhi aqui as técnicas são muito mais avançadas.
	Por fazer parte da comunidade dos países de língua oficial portuguesa
	Não foi por escolha pessoal, mais sim por adquirir uma bolsa
O que levou-lhe a escolher a Unesc?	Recomendação de amigos mas posto lá a excelência no ensino.
	Porque a empresa onde adquiri a bolsa tinha ou tem um intercambio com a Unesc
	Pela qualidade de ensino e pela estrutura Essa escolha não dependia totalmente de mim tendo em vista que cheguei por brasil por intermédio de uma bolsa onde ja tinha todo o planejamento da universidade onde estudaria.

Fonte: elaborado pelo acadêmico (2017)

Quando perguntado sobre a escolha do país a maior parte alega não ter escolhido por vontade própria, ou seja, por intermédio da bolsa de estudo financiada por instituições angolanas assim como afirmam os estudantes. A Semelhança existente entre os dois países principalmente na vertente cultural, e por ser um dos países que faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), foram condimentos de incentivo de escolha, como observado no quadro, as respostas tendem a ter as mesmas afinidades.

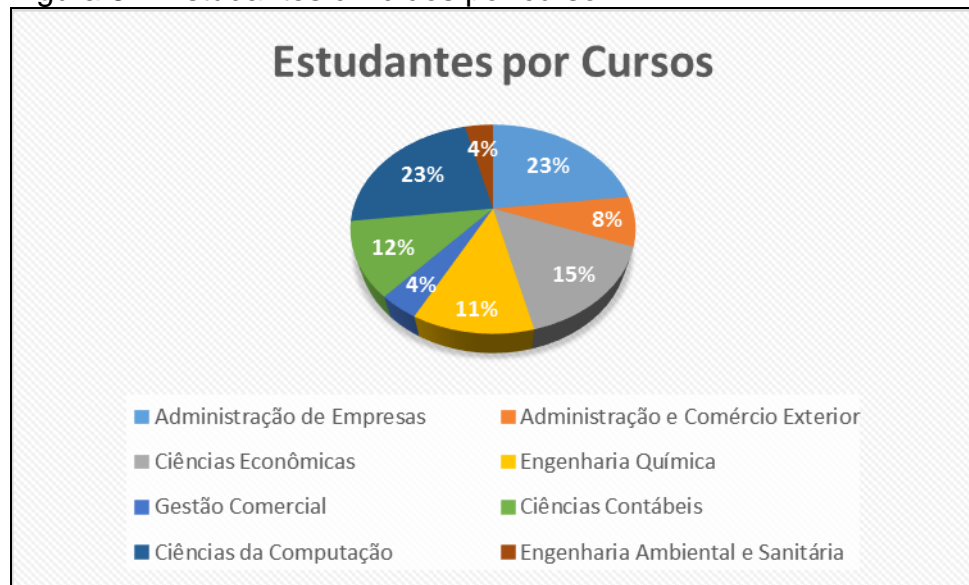
O fator língua de certa forma teve uma forte influência na escolha de destino de formação, pois é com fruto dessa correspondência em que os estudantes terão de forma rápida o acesso a sociedade local.

Na escolha da universidade em estudo, são evidentes as mesmas tipologias de respostas onde eles afirmam a escolha por opção própria, a excelência de ensino, vínculo com instituições de bolsa de estudo, por indicação de amigos e família, e por se tratar de uma universidade de referência.

No entanto, entende-se que normalmente os estudantes escolhem Brasil como destino para formação por ter assimetrias culturais com o país de origem e pela cooperação estreita que as instituições Angolanas têm com as instituições Brasileiras e a universidade vem ser a consequência das influencias que essas

instituições têm e pelos laços familiares e amigos. Foram questionados também como ficaram a saber sobre a universidade, os estudantes responderam de forma igual que ficaram a saber sobre a universidade por intermédio das instituições angolana que promovem bolsas de estudos e pelos amigos. Após a escolha da instituição de formação superior, é possível ser verificado na Figura 8 com base nos resultados de pesquisa a divisão dos estudantes por curso.

Figura 8 – Estudantes divididos por curso.



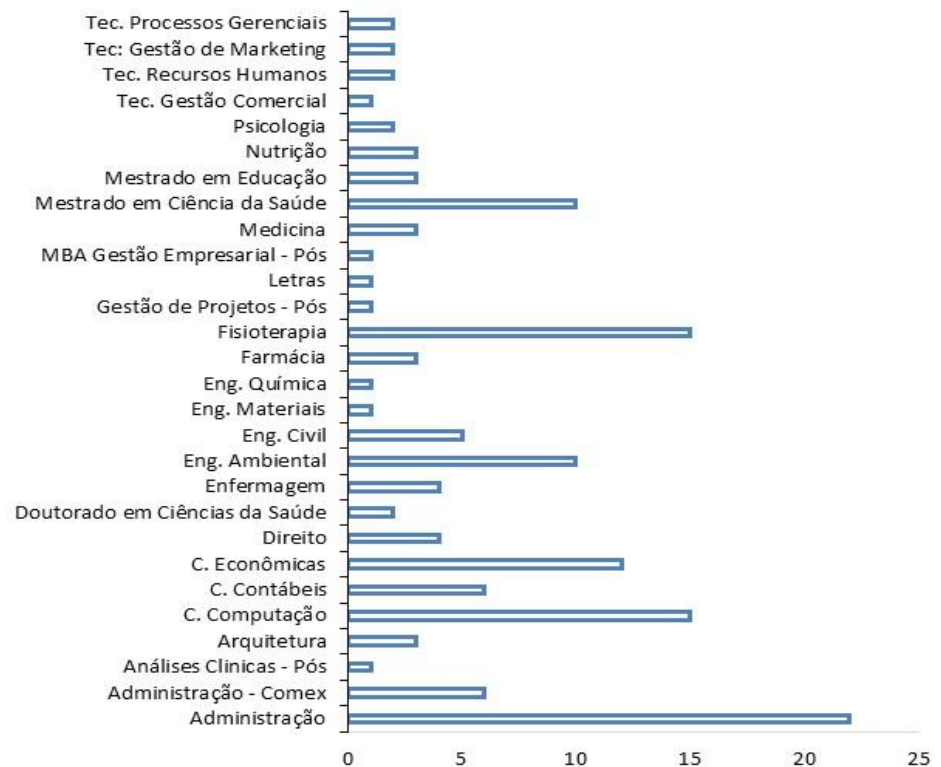
Fonte: elaborado pelo autor (2017)

As maiores concentrações dos estudantes nos cursos de graduação de forma igualitária são nos cursos de administração de empresas e ciências da computação. Em seguida o curso de ciências econômicas, contábeis e engenharia química. Foram questionados também se possuíam algum tipo de financiamento na universidade onde 19 responderam que não e apenas 7 responderam que possuem financiamento cedida pelo governo federal brasileiro e de Angola.

Até 2016, a Universidade do Extremo Sul Catarinense formou 317 estudantes proveniente de Angola, tendo como os cursos das ciências sociais aplicada a mais requisitada especificamente os cursos de Administração (mais de 20 alunos formados e 10 cursando), Ciências Contábeis e Econômica (mais de 15 formados e cursando), Ciências da Computação (15 formado e mais de 8 cursando),

no curso da Engenharia Civil foram formados 5 alunos e na engenharia ambiental 10 alunos formados conforme a figura 9⁶.

Figura 9 - Estudantes formados por cursos até 2016



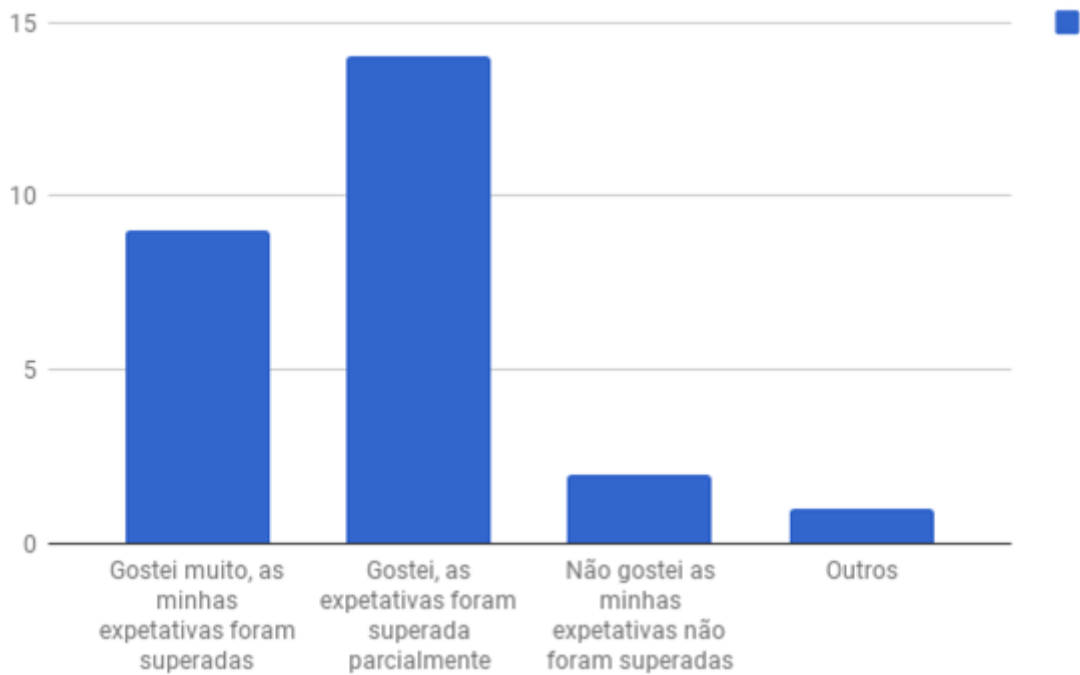
Fonte: Setor das Relações internacional da UNESC (2017)

Na expectativa física da universidade, 22 responderam a UNESC ter boas instalações, 3 regular e apenas 1 respondeu não ter boas instalações, mas com um bom atendimento nos serviços prestado a comunidade. De acordo com a pesquisa feita, a maioria dos alunos pretendem se especializar depois de terminarem o curso de graduação, por conseguinte, quando questionados se pretendiam voltar para a sua terra de origem depois da formação, segundo os resultados da pesquisa, 18 estudantes pretendem retornar após a formação profissional.

⁶ Esses dados foram obtidos a partir do setor das Relações Internacional da Universidade do Extremo Sul Catarinense em 2017.

Na figura 10 serão mostradas as expectativas das aulas durante a formação na instituição onde foram questionados sobre as expectativas das aulas durante a formação.

Figura 10 – O que você achou da aula, superou as expectativas? Assinale uma das alternativas:



Fonte: elaborado pelo autor (2017)

As dificuldades podem começar no momento em que o estudante procura à primeira vista se informar sobre o funcionamento da instituição, quais as matérias mais difíceis e o professor mais rigoroso do curso.

Contudo, a seguir, as principais dificuldades que os estudantes encontram na instituição de ensino durante a sua formação.

Figura 11 - Dificuldades de integração encontradas na instituição de ensino



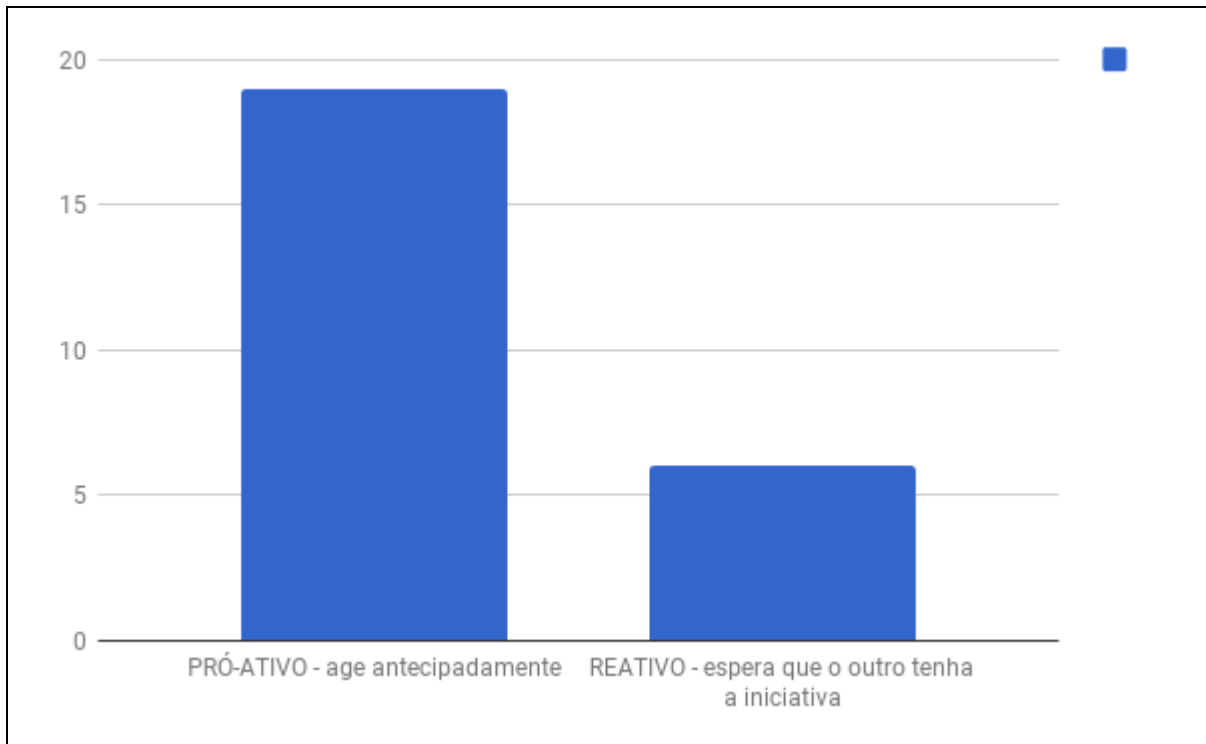
Fonte: elaborado pelo autor (2017)

A adaptação do clima da universidade é o fator mais evidente entre as dificuldades dos angolanos encontrada na instituição de ensino com 9 respondentes, alguns afirmam por ter tido o primeiro contato ou experiência com uma universidade fora do país de origem, e outros por ser a primeira vez a frequentar uma instituição de ensino superior. Quanto ao relacionamento com os professores, 3 estudantes afirmam não ter boas relações com os professores, esse mesmo número compreende no relacionamento com os colegas.

A carga horária do curso, ritmo de estudo, as exigências acadêmicas e metodologia de ensino e avaliação, de certa forma acabam por ser uma das dificuldades dos estudantes, pois, são aspectos diferentes no país de origem. A carga horária não é uma condicionante para o término da graduação, ou seja, a carga horária não é obrigatória e nem conta como atividade específica. Em certos casos, no país de origem os alunos faltam nas aulas até um mês sem assistir as aulas preocupados apenas em ter o plano de ensino para estudar e posteriormente comparecer nos dias de prova ou atividades obrigatórias.

A burocracia da universidade e falta de apoio e/ou orientação da universidade também é uma das dificuldades, 2 dos respondentes atestaram ter dificuldades na distância entre a universidade e a residência. Na assertiva outros, não coletada nenhuma informação.

Figura 12 - Diante das oportunidades e dificuldades de integração, qual a sua atitude?



Fonte: elaborado pelo autor (2017)

Diante de tudo, foi questionado sobre a atitude que os mesmos teriam frente a uma dificuldade, e consoante a coleta, 19 respondentes afirmam ser pro-ativos agindo antecipadamente diante de uma dificuldade e 6 esperam que o outro tenha a iniciativa.

É interessante entender a razão/porquê de tantos estudantes angolanos e outros estrangeiros na instituição de ensino superior Brasileiro e propriamente nesta em estudo. A formação qualificada é à base de todas as questões. Mas afinal qual a diferença de se ter um diploma estrangeiro ou diploma conquistado em Angola? Abaixo estarão algumas respostas segundo os estudantes:

“Diploma brasileiro certamente tem mais valor visto que existe muito mais investimento na educação deste país”;

“Diploma é o de menos, na verdade a diferença está na visão que o aluno acaba tendo se formando num país que apresenta melhores condições de educação”;

“O Brasil é uma das referências mundiais em Educação, contrariamente do país de origem (Angola)”;

“Qualidade, Reconhecimento internacional”;

“A diferença consiste no ensino como um todo e não apenas no diploma. Ter um diploma estrangeiro remete a qualidade de ensino recebido pelo titular, qualidades esse que em Angola ainda está em fase de crescimento”;

“Mais chances de conseguir um emprego ou em alguns casos a qualidades de ensino”.

Nesse caso, adquirir experiência, diploma ou certificado internacional, estimula de forma rápida o acesso do mercado de trabalho e a valorização acadêmica profissional. Em suma, vê-se claramente o expressar de cada respondente diante dessa questão que muitas das vezes acabam por questionar-se a si mesmo o real significado de se ter um diploma estrangeiro nas mãos.

4.5 A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O processo do trabalho é uma parte integrante da natureza onde os seres humanos alteram a sua própria natureza fabricando cultura, maneiras de fazer e pensar o mundo natural e social. As maneiras diferentes de construir e interpretar a realidades não são independentes, mas sim pela unificação de grupos, classes sociais, considerada entre outras, as questões de gênero, raça, etnia e as diferenças regionais (TIRIBA, 2008).

Quadro 9 – Condição de trabalho dos estudantes

Questões	Resposta	
	Sim	Não
Você trabalha atualmente?	4	22
Onde?	Defensoria Pública da União (estagiário)	
	INSS	
	Farmácia de Manipulação	
Qual o setor de atuação da empresa?	Setor Público	
	Administrativo	
	Medicamentos	
Qual a sua área de atuação na empresa?	Demandas Judiciais	
	Administrativo	
	Manipulação e Venda de Medicamentos, Fármaco.	

Fonte: elaborado pelo autor (2017)

Segundo as informações coletada, foi verificado que apenas 4 estudantes estão inseridos no mercado de trabalho e agrupado em diversas áreas funcionais nas empresas pública e privada em que atuam atualmente. Os mesmos trabalham nessas empresas num período de 2 meses a 1 ano, quando perguntado se já estiveram num outro local de trabalho, 3 responderam que sim. A origem do salário desses trabalhos vai diretamente para Unesc e outros para cobrir algumas despesas como o aluguel da casa, energia, água e outras coisas pessoais.

Anteriormente, pelas regras antigas, o estudante estrangeiro não podia trabalhar no Brasil, o que dificultava a permanência. Era preciso voltar ao país de origem após o término do curso. Muitos recorriam ao mercado informal de trabalho para se manter durante os estudos. Agora, é possível fazer a solicitação no Brasil durante os estudos (BRASIL, 2017).

Atualmente, os estudantes estrangeiros de graduação e pós-graduação poderão solicitar o status de trabalhador temporário no Brasil pelo sistema Migrante Web, disponibilizado pelo Ministério do Trabalho. Com a mudança, o aluno poderá trabalhar de forma legal no País⁷. Complementando, segundo a Resolução Normativa Nº 124, de 13 de dezembro de 2016 resolve:

Art. 1º O estudante, titular do visto temporário previsto no art. 22, inciso IV, do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, poderá solicitar ao Ministério do Trabalho a autorização para transformar sua condição migratória para temporária de trabalho, nos termos das disposições do Ministério da Educação, nas seguintes hipóteses:

I - Ao término de curso de graduação ou pós-graduação realizado integral ou parcialmente no Brasil; e

II - Durante a realização de curso de graduação ou pós-graduação no Brasil⁸

O Artigo 2 dessa mesma resolução vem reforçar que, para que a solicitação para a transformação da condição migratória referente ao art. 1º, inciso I,

⁷ Segundo o coordenador do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), Luiz Alberto Matos dos Santos, além de facilitar a vida do estudante estrangeiro, a resolução permitirá a manutenção desse capital intelectual no País. O prazo máximo para análise é de 30 dias, conforme determina a lei. "Mas o ministério tem feito a avaliação em menos de 15, em média" (BRASIL, 2017). Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/01/estudante-estrangeiro-pode-solicitar-status-de-trabalhador-pela-internet>.

⁸ Art. 3º A solicitação de transformação da condição migratória de que trata o art. 1º, inciso II, poderá ser feita pelo titular do visto temporário, obtido no exterior, previsto no art. 22, inciso IV do Decreto nº 86.715/81, após seis meses do início de curso de graduação ou pós-graduação no Brasil. RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 124, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

poderá ser feita em até doze meses após o término do curso, com a apresentação de cópias dos seguintes documentos:

- a) Cédula de identidade de estrangeiro válida;
- b) Certificado de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação emitido por instituição de ensino brasileira reconhecidos pelo Ministério da Educação;
- c) Histórico escolar do curso de graduação ou pós-graduação;
- d) Contrato de trabalho conforme modelo em anexo;
- e) Contrato ou estatuto social da empresa contratante, e; VI- taxa de autorização de trabalho;

§ 1º As atividades da função prevista no contrato de trabalho apresentado deverão ter conexão ou similaridade ao currículo escolar do titular do visto.

São várias as dificuldades encontradas no processo da inserção no mercado de trabalho como:

“A princípio foi à aceitação e confiança nos setores importantes das empresas”

“A cultura e o uso de novas tecnologias nos processos organizacionais”

“Regras, convivência, cultura, costumes”.

Crozatti (1998, p. 1) traz as principais características da cultura onde podem ser percebidas através dos seguintes conceitos:

- a) *Crenças*: verdades concebidas ou aceitas a partir da observação de fatos e pela convivência em um grupo de pessoas;
- b) *Valores*: elementos que determinam a importância das coisas. Os valores representam uma predeterminação consciente da ação das pessoas.
- c) *Costumes*: materialização dos valores e crenças através dos atos realizados de forma um tanto ou quanto sistemática;
- d) *Ritos*: operações rotineiras executadas para êxito das atividades;
- e) *Cerimônias*: encontros formais e informais de um grupo social. Funcionam como meios de reafirmar ou ratificar valores, crenças e costumes;

Hoje em dia o emprego é um quadro difícil de ser garantida a toda população, entretanto, o que o homem vê como principal recurso na procura de emprego é de suprir as suas necessidades materiais e em outros casos, o posicionamento social. As principais causas que levam os estudantes a procura de emprego são:

- a) Experiência profissional e conhecimento prático;
- b) Situação econômica e financeira em que o país enfrenta

c) Renda e suprir outras necessidades.

Desde o final de 2014, Angola enfrenta uma crise financeira e económica devido à quebra das receitas com a exportação de petróleo em função da descida da cotação do barril de *crude* no mercado internacional. Consequentemente, tem dificultado todos os estudantes na busca de uma formação sem risco fora do país de origem, inclusive, só em 2015, mais de cinco (5) estudantes tiveram que abandonar os seus estudos no Brasil por falta de condições financeira para dar continuidade da formação por consequência da crise econômica e financeira e principalmente pela escassez de divisas nos mercados formais e informais⁹.

⁹ Segundo as informações disponibilizadas pelo setor das Relações Internacional da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

5 CONCLUSÃO

O foco do presente trabalho, baseou-se segundo as respostas dos estudantes residentes na sociedade local com o objetivo de compreender o processo de integração e a mobilidade dos estudantes angolanos no mercado de trabalho e de formação profissional brasileiro, onde foi permitido fazer uma reflexão do que foi coletado e analisado. Foram relevados os aspectos mais importantes a partir da percepção dos acadêmicos da universidade situada no extremo sul de Santa Catarina.

O objetivo desse trabalho não buscou simplesmente compreender o processo da inserção dos estudantes na sociedade local, mas também entender as dificuldades que os mesmos passaram durante a estadia na cidade, no mercado de trabalho ou na instituição escolhida para formação superior.

Em relação ao primeiro objetivo específico que foi de identificar as motivações da procura de formação profissional no exterior, verificou-se que a principal causa para a procura da formação superior fora do país de origem é *status* profissional e social que os estudantes poderão ter depois da formação. Nesse caso, o diploma ou certificado internacional, estimula de forma rápida o acesso ao mercado de trabalho e a valorização acadêmica profissional que um estudante não teria se estudasse dentro do país de origem. Já escolha do Brasil como destino da formação profissional deu-se por intermédio da semelhança e pelo estreitamento das relações existente entre os dois países e principalmente na vertente cultural, e por ser um dos países que faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Brasil, em comparação com o país de origem, o ensino é mais avançado e a facilidade de acesso é a mais observada pelos estudantes.

De acordo com o segundo objetivo específico que é conhecer a percepção dos estudantes angolanos sobre as dificuldades de integração encontradas na instituição de ensino, constatou-se que o clima da universidade é a maior dificuldade enfrentada pelos estudantes, vale lembrar que para maioria foi por causa da primeira experiência com uma universidade fora do país de origem, e outros por ser a primeira vez a frequentar uma instituição de ensino superior. Foi constatado também que alguns dos estudantes não têm um ótimo relacionamento com os professores, todo angolano considera o seu professor como mestre e pai,

portanto, é necessário que haja um relacionamento estreito para que o aprendizado seja mais eficiente tendo em conta com a cultura e a educação que os mesmos recebem sobre os professores de forma respeitosa e consideração. O mesmo acontece com os colegas da sala de aula, aliás, para que haja esse vínculo com os colegas será necessária à intervenção dos professores.

Na inserção social a sociedade local, foi constatada que a adaptação do clima acaba dificultando os estudantes, pois é totalmente diferente em Angola. O clima de Criciúma tem dificultado os estudantes, pois a realidade de Angola é totalmente diferente, onde o inverno e o verão não se fazem sentir tanto como o da sociedade local, como um exemplo concreto as chuvas que cai quase em todas as estações. Para que haja uma boa comunicação é necessário que haja boa coerência entre os envolvidos, entretanto, foi constatado que os estudantes não recebem a devida atenção quando interage com alguém e principalmente com os professores.

O terceiro objetivo específico buscou mapear os fatores que levam os estudantes angolanos a se inserirem no mercado de trabalho brasileiro e quais as dificuldades encontradas, os resultados expostos indicam como principais fatores a experiência profissional e o atual estado econômico que Angola enfrenta desde o final do ano de 2014, pois é de lá onde vem o principal financiamento dos estudos.

Já o quarto objetivo teve a intensão de levantar a participação dos estudantes angolanos nos setores produtivos, apenas 15% dos respondentes afirmaram estarem nos setores produtivos, e 85% não. Portanto, faz-se necessárias aplicações de políticas pública inclusiva para que os órgãos competentes a margem da sociedade faça de forma geral abertura de novas oportunidades para a comunidade angolana na sociedade local e não de forma singular. Foi notável a satisfação dos estudantes nos setores produtivo apesar de terem apontados algumas dificuldades como costumes, credibilidade do serviço prestado para exercer um cargo acima do previsto.

Com relação ao quinto e último objetivo específico que foi de verificar o que dispõe a legislação a respeito da condição de trabalho para estudantes estrangeiros, foi concluí-se que os estudantes estrangeiros que frequentam os cursos de graduação e pós-graduação podem trabalhar temporariamente ou definitiva no Brasil de forma legal exercendo atividades remuneradas desde que cumpra com os requisitos estabelecido pelo Ministério do Trabalho ou Judicial.

No decorrer da pesquisa, foi possível identificar conforme a análise a cidade de origem dos estudantes onde foi observado que 18 estudantes pertencem a cidade capital de Luanda, 7 da província de Cabinda e apenas 1 respondente da província do Uíge.

A maior dificuldade na pesquisa desse trabalho, foi de não ter êxito no retorno do questionário e encontrar fontes de informações credíveis sobre o tema em estudo, visto que não há estudos científicos dos imigrantes angolanos na cidade de Criciúma ou propriamente no estado de Santa Catarina. Foram enviados 131 questionários via e-mail a comunidade angolana da cidade, onde foi possível de coletar simplesmente 26 comportando apenas uma amostra de 19,8%. Mas foi feito um estudo mais aperfeiçoado com base nas análises dos resultados que possibilitaram enxergar de forma ampla o processo de inserção sócio acadêmica dos angolanos na sociedade em estudo.

Assim sendo, o estudo desse trabalho trouxe um crescimento no que diz respeito ao meio de inserção de estudantes estrangeiros, no mercado de trabalho melhorando a capacidade no campo profissional. As sugestões futuras para esse trabalho são:

- Estudo amplo sobre a inserção dos angolanos no ensino superior e mercado de trabalho a nível nacional;
- Um estudo caracterizado e aprofundado sobre o clima dentro do ambiente de trabalho;
- Levantamento dos pontos positivos que os estudantes angolanos trazem na cidade local;
- Levantar informações sobre o ponto de vista dos estudantes sobre o mercado de trabalho e o ensino angolano em relação ao ensino brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de et al. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1999.

ANGOLA. Portal oficial do governo de angola. Disponível em: <<http://www.governo.gov.ao/opais.aspx>>. Acessado em: 12/09/2017.

ÂNTICO, Cláudia. Imigração Internacional no Brasil durante a Década de 80: Explorando alguns Dados do Censo de 1991. In: XI ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP), Caxambu, **Anais**. 1998 p.665-685. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/site/index.php/grupos-de-trabalho/populacao-e-trabalho/eventos>>. Acesso em: 12 maio 2017.

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada as Ciências Sociais. 4 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

BATISTA, Dulce Maria Tourinho. **Migração na Metrópole**: o caso de Angolanos em São Paulo. 2007. Disponível em:<<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8766/6491>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

BATISTA Lourdes; BANDEIRA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Revista Estudos Feministas**. 2002, p. 121.

BOGO, Amauri. O Processo de Mobilidade Acadêmica do Ensino Superior: Avaliação, Qualidade e Pertinência da Cooperação e Mobilidade Acadêmica. **45º Fórum Nacional de Reitores da ABRUEM**. Manaus, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 601/1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017

_____. **Decreto-Lei nº 3.175, de 7 de abril de 1941**. Restringe a imigração e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-413194-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 14 ago. 2017.

_____. **Lei Nº 6.815/1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. **Lei 13.445/2017 (lei ordinária) de 24 de maio de 2017.** Institui a lei de migração. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 01 out. 2017.

CAMPOS, Marden Barbosa de. Reversão do saldo migratório internacional negativo do Brasil? Evidências preliminares com base no censo 2010. **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** Curitiba, n. 121, p. 189-200, jul. dez. 2011.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.). A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Brasília: **Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.**

CENERINO, A; SILVA, O. H. A cooperação Internacional e o Processo de Internacionalização das Universidades Estaduais do Paraná. **Anais XXXII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração e áreas afins (ANPAD)**, Rio de Janeiro, 2008, p. 1-16.

CERQUEIRA, Wagner de. FRANCISCO. Migração internacional. 2016. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/migracao-internacional.htm>>. Acesso em: 14 set. 2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CUNHA, Maria Isabel da (Org.). **Internacionalização e democratização: uma tensão na qualidade de educação superior.** São Paulo: Oikos, 2016.

CROZATTI, Jaime. **Modelo de gestão e cultura organizacional: conceitos e interações.** 1998. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511998000200004>. Acessado em: 18 out. 2017.

CHARLE, Christopher; VERGER, Jacques. **História das Universidades.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

DINIZ, A. M; ALMEIDA, L. S. **Escala de Integração Social no Ensino Superior (EISES):** Metodologia de construção e validação. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v23n4/v23n4a09.pdf>>. Acessado em: 13 out. 2017.

DUTRA, Cristiane Feldmann; GAYER, Suely Marisco. **A inclusão social dos imigrantes haitianos, senegaleses e ganeses no Brasil.** Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2015.

ECRE. **Position on the Integration of Refugees in Europe,** December 2002. Disponível em: <https://www.ecre.org/wp-content/uploads/2016/07/ECRE-Position-on-the-Integration-of-Refugees-in-Europe_December-2002.pdf> acesso em: 19 jun. 2017.

FARIA, A. V. **A Diáspora Haitiana para o Brasil: o novo fluxo migratório** (2010-2012). Belo Horizonte: 2012.

FIGUEREDO, Luiz Orencio. Migração haitiana em Santa Catarina: experiências de trabalhadores do Haiti na amrec – associação dos municípios da região carbonífera. 2016. 229 p. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/4348/1/Luiz%20Orencio%20Figueredo.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2017.

FRANCA, Acson. Gusmão. Educação e mercantilização: um estudo sobre a expansão do setor de ensino superior privado no Brasil a partir da década de 1990. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, v. 3, n. 1, p. 98-111, ago. 2017. ISSN 2447-3944. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/1917>>. Acesso em: 22 out. 2017.

GASPARETTO JUNIOR. **Imigração portuguesa no Brasil**. 2013. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/imigracao-portuguesa-no-brasil/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

GEORGE, Pierre. **As Migrações Internacionais**. Lisboa: Dom Quixote. 1977.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE 1990 - **Estatísticas históricas do Brasil**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv21431.pdf>. Acesso em: 8 maio 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Migração**. 2010. Disponível em: <<https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/1471-migracao-e-deslocamento.html>>. Acesso em: 22 maio. 2017.

KNIGHT, J. *Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales*. **Journal of Studies in International Education**, v.8, n.1, 2004. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1028315303260832>>. Acessado em: 20 set. 2017.

KRAWCZYK, Nora Rut. As Políticas de Internacionalização das Universidades no Brasil: o caso da regionalização no Mercosul. **Jornal de políticas educacionais**, p. 41–52. Nº 4 | julho–dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.jpe.ufpr.br/n4_5.pdf>. Acesso em: 05 out. 2017.

LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, Roberto Kant de. A administração de conflitos no Brasil: a lógica da punição. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.169.

LEE, Everett S. **A theory of migration**. *Demography*, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.

LUSSI, Carmem. **Circularidade entre migrações e fé**: Reflexões sobre a alteridade na igreja e comunhão. 2013. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0821110_2013_completo.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2017.

MALHOTRA, NareshK. **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

MANTOVAN, Flávia; VELASCO, Velasco. **Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>>. Acesso em: 18 Jun. 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. **Migração no Mundo: principais fluxos migratórios no final do século XX e início do século XXI**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ufjf/?s=MIGRA%C3%87%C3%83O+NO+MUNDO>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MATTEOS, Natalia. R. **Una Invitación a La Sociología de Las Migraciones**. Barcelona: Bellaterra. 2004.

MENDES, E. G. Perspectivas atuais da educação inclusiva no Brasil. In: II **Encontro de Educação Especial na UEM**. Maringá: 2001.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - ITAMARITY. Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) - Luanda, 1º de abril de 201. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/en/component/tags/tag/angola>>. Acesso em: 12 out. 2017.

MOROSINI, Marília Costa. **Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas**. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/er/n28/a08n28.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Carta das nações unidas e estatuto da corte internacional de justiça**. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartaONU_VersolInternet.pdf>. Acessado em: 18 set. 2017.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. Pioneira, 1999. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990. 231

OLIVEIRA, A. T. R. A inserção dos estrangeiros mercado de trabalho formal: o que nos diz a Rais? **Cadernos OBMigra**, Ed. Especial, Brasília 2015.

PATARRA, Neide Lopes. **Migrações internacionais: herança XX. Agenda XXI**. Campinas, SP: Fnuap, 1996a. 268 p.

PATARRA, Neide Lopes. Emigração e imigração internacional no Brasil contemporâneo. São Paulo: Fnuao, 1996b. 207 p.

PAVARINA, P. R. J. P. **5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais De 29 a 31 de julho de 2015**. Instituições e Regimes internacionais: internacionalização do ensino superior e as instituições internacionais. Disponível em: <file://C:/Users/SecretarialPAT/Downloads/PAVARINA%20Paula.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

PAIVA, Ana Luiza Bravo e; LEITE, Ana Paula Moreira Rodriguez. Da emigração à imigração? Uma análise do perfil migratório brasileiro nos últimos cinquenta anos. **Revista Ars Histórica**. Rio de Janeiro, n. 7, p. 1-20, jan/jun., 2014.

PORTES, Alejandro e BÖRÖCZ, József. *Migración contemporânea: Perspectivas teóricas sobre sus modalidades de incorporación*. In: Graciela Malgesini (comp.) *Cruzando fronteras, Migraciones en El Sistema Mundial*. Barcelona: Fundación Hogar Del Empleado, pp. 43-70. 1998.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de História**. Passo Fundo: UPF, 2005.

SAWERS, Rob. *Angolans Choose Brazil*. **Rioonwatch**. 2011. Disponível em: <<http://www.rioonwatch.org/?p=2118>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

SILVA, De Plácido e. Vocabulário jurídico. 31. ed. São Paulo: Forense, 2014.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Lei de Terras de 1850. *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/lei-terras-1850.htm>>. Acesso em 05 de dezembro de 2017.

STALLIVIERI, Luciane. **O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior**. 2002. Disponível em: <http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/processo_internacionalizacao.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

TAKEI, Álvaro. **Qualificação X Capacitação**. 2012. Disponível em: <<http://sicurezzaeditora.com.br/blog/?p=713>> Acesso em: 19 maio 2017.

TEDESCO, J. C.; GRZYBOVSKI, D. Senegaleses no norte do Rio Grande do Sul: integração cultural, trabalho e dinâmica migratória internacional. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 18, n. 2, Passo Fundo, p. 336-355, jul. dez. 2011.

TEIXEIRA, José Paulo. Os donos da cidade. Florianópolis: Insular, 1996.

TIRIBA, Lia. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção**: questões de pesquisa. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10295/9566>>. Acessado em: 18 out. 2017.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009 As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social**. Paris, de 5 a 8 de julho de 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192>. Acesso em: 19 set. 2017.

VAN DAMME, Dirk. **Quality issues in the internationalization of higher education**. 2001. Disponível em: <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1023/A:1017598422297.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.

WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio Da. Fundamentos da nova educação. **Caderno Unesco – Série educação**. Volume 5, 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129766por.pdf_>. Acesso em: 18 set. 2017.